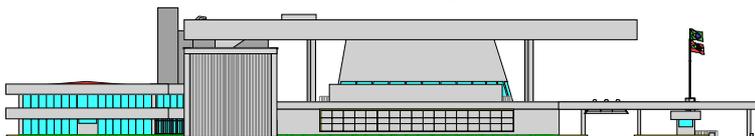


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 16 DE OUTUBRO DE 2012

NÚMERO 6.474

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 097ª Sessão Ordinária realizada em 09/10/2012.....2</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública10 Aviso de Resultado17 Portarias.....17 Projeto de Lei19 Projeto de Lei Complementar20</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se aos bombeiros militares e aos servidores da Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se às eleições municipais de 2012.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

Partidos Políticos

DEPUTADO ALDO SCHENEIDER - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre as últimas eleições.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Defende eleições de quatro em quatro anos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Faz um balanço das eleições municipais de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e quem está presente, é uma alegria e uma satisfação poder estar de volta a este plenário, inclusive para fazer uso desta tribuna e falar dos problemas da população catarinense.

Evidentemente que depois desse processo eleitoral encerrado antontem, do processo eleitoral que continuará até o último domingo de outubro, porque teremos segundo turno nas três maiores cidades do estado, seria preciso falar de eleição. E vamos fazê-lo ainda na tarde de hoje, amanhã e nos próximos dias, na medida do possível.

No entanto, em virtude também da urgência dos fatos, farei essa primeira fala deste semestre, aliás, deste pós-eleição, sobre o serviço público estadual, a luta dos servidores públicos estaduais, que tem sido um dos espaços que temos dedicado maior esforço, maior dedicação e mais proximidade.

Quero saudar a entrada a este Poder Legislativo do PLC n. 0028/2012, que está sendo lido no expediente desta tarde, fixando o efetivo máximo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina e estabelecendo outras providências. Nós já tivemos PLC nesse sentido aqui em 2010, mas como estava trocando de governo acabou sendo, vamos dizer assim, deixado na gaveta pelas lideranças do governo passado, de continuidade para este governo, para que o governador Raimundo Colombo em pessoa pudesse tratar desse assunto com os bombeiros.

Assim foi feito, e o PLC chegou hoje. E este deputado ainda não teve a oportunidade de ler integralmente, porque foi liberado apenas

na manhã de hoje, portanto, não conheço integralmente o seu conteúdo e ainda não posso dizer se é bom, ruim ou mais ou menos. Mas por certo é que nós nos sentimos plenamente na liberdade de debater e apresentar emendas, porque como disse não conhecemos o projeto até agora.

Foi discutido em diversas secretarias do governo. Foi discutido com certeza também no âmbito do comando do Corpo de Bombeiros Militar, mas este deputado, assim como a categoria dos praças organizadamente, não teve o direito de acesso ao debate até aqui. Então, o debate está sendo aberto hoje.

Ficamos contentes que o governo tenha mandado o PLC para cá para discutir a refiação do efetivo do Corpo de Bombeiros. E temos um prazo regimental para fazer o debate, apresentar emendas e buscar, evidentemente, negociar um acordo e ouvir a base, conversar com as esferas de comando e com as lideranças do governo na Assembleia Legislativa, com representantes do Poder Legislativo, Poder Executivo, para ver se chegamos, quiçá, a um termo adequado para todos e que possamos, sim, aprovar esse PLC, mas com festas para todos os envolvidos, para todos os bombeiros militares do estado de Santa Catarina.

Portanto, bombeiros que estão nos acompanhando, chegou o PLC. Vamos tomar pé do seu conteúdo a partir de hoje e vamos debater com a base, com os próprios bombeiros, também com o comando e com o governo, para ver se é isso mesmo, se precisa ser melhorado em alguns aspectos, porque em 2010 já tínhamos debatido dois meses aqui e chegou a alguns acordos, mas infelizmente ele foi arquivado. Não foi votado em 2010 e estamos esperando até agora por esse projeto.

Outro assunto relativo ao serviço público estadual é referente aos servidores públicos estaduais da Saúde, lotados na secretaria de estado da Saúde, que trabalham nos estabelecimentos hospitalares e demais instituições públicas do nosso estado e que estão há mais de um mês mobilizados em torno da questão salarial. Inclusive, começaram na manhã deste dia 9 de outubro uma greve. Esse movimento começou há pouco mais de um mês, quando o governo de forma imprudente, quando o governo ou autoridades do governo, empurrados por decisões do comitê gestor do governo, de forma pouco prudente, para usar um termo minimamente educado, provocou a categoria dos servidores da Saúde.

Os servidores estavam trabalhando, quietos, sufocados por uma jornada de trabalho intensa. E isso já ocorre há muito tempo. E há um mês e pouco o governo disse que iria cortar a hora plantão a partir do mês que vem. Isso significa, do ponto de vista remuneratório, em média, 1/3 do salário de todos os servidores.

O governo disse que iria cortar a hora plantão, porque não precisava mais, uma vez que estava contratando 300 servidores para trabalhar no hospital Regional de São José.

Ora, a defasagem de servidores públicos na secretaria da Saúde, deputado Ismael dos Santos, é em torno de dois mil a três mil servidores. Essa é a defasagem para suprir o espaço que já tem. Existem centenas de leitos desativados por falta de funcionários; temos laboratórios que neste horário poderiam

estar funcionando, mas estão parados, com equipamentos caros, sofisticados, por falta de funcionários.

O governo contratou 300 funcionários para trabalhar no Hospital Regional de São José e ia cortar a hora plantão de todos os servidores da Saúde, prejudicando, evidentemente, o orçamento familiar desses servidores e com a debilitação ainda maior da quantidade e da qualidade do serviço prestado à população.

A categoria estava quieta, sufocada por uma jornada intensa de trabalho, muitos com empregos em mais de um lugar, trabalhando todos os dias da semana, esgotados física e psicologicamente. E o governo diz que vão perder um terço do salário a partir do mês que vem. Claro que isso fez acordar a categoria que se mobilizou e disse que então queria uma gratificação que compensasse a hora/plantão. Disse que queria também que o governo, contratando mais servidores, diminuía a quantidade de hora/plantão, porque eles não aguentam mais trabalhar nesse ritmo.

Existe também uma série de outras coisas que precisam ser discutidas inclusive dentro da distribuição da hora/plantão, dentro da distribuição do chamado sobreaviso, porque temos hospitais desativados, na Grande Florianópolis, hospitais desativados e em reforma há dois anos ou mais, que são campeões em pagar sobreavisos.

O sindicato e os servidores querem discutir isso tudo, quem está onerando a folha dos servidores da Saúde, porque a folha cresce, e quem se está arrebatando de trabalhar não vê crescimento de salário. E a categoria quer discutir isso. Aliás, já está discutindo há um mês.

Então, definiram começar a greve no dia de hoje, a partir das 7h. Mas ontem à noite, no fim da tarde, o governo mandou um ofício ao sindicato pedindo 15 dias para apresentar concretamente uma proposta de gratificação e uma política para solucionar esse problema.

O sindicato e o comando de greve fariam uma assembleia agora à tarde, e o que esperamos é que haja possibilidade de um diálogo, para que a população não seja afetada e que os servidores sejam, efetivamente, respeitados pelo governo do estado em todas as suas condições de trabalho e de salário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com alegria que estamos aqui no dia de hoje, após um trabalho árduo em que tivemos uma participação política importante no planalto norte.

Tenho certeza de que todos os srs. deputados participaram em suas regiões das eleições.

Temos a destacar no planalto norte a vitória do PMDB, no município de Canoinhas, com o candidato Beto Farias e Wilson Pereira. Tivemos a vitória em São Bento do Sul, com Fernando Turic do PMDB e o seu vice-prefeito Arildo do Partido dos Trabalhadores. Tivemos,

em Mafra, a vitória do Partido dos Trabalhadores, sendo que o vice-prefeito é do PMDB; em Rio Negrinho, a vitória de Alcides Grohskopt, vitória também do PMDB, ex-prefeito que volta a assumir a prefeitura da cidade. Em Monte Castelo, a vitória do prefeito Kibe; em Bela Vista do Toldo, a vitória do prefeito Gilberto Damaso da Silveira; em Porto União, a vitória do Partido dos Trabalhadores, do meu amigo Anizio e o seu vice-prefeito Salvatti, do PMDB. E em outros municípios ocorreram embates muito importantes. Mas quem ganhou foi a democracia do planalto norte, que soube escolher os seus representantes, sem nenhuma ocorrência de gravidade durante a eleição. Houve embates, houve pesquisas falsas, e em toda Santa Catarina as pesquisas não bateram - a deputada Ana Paula Lima que o diga. As pesquisas não foram consistentes, portanto, começam a entrar em descrédito as pesquisas de institutos que não têm credibilidade. Mas temos certeza de que a democracia foi mais uma vez a grande vencedora no estado de Santa Catarina.

Ainda teremos três embates importantes nas maiores cidades do nosso estado, são Blumenau, Joinville e Florianópolis, onde teremos segundo turno, são cidades importantes que irão decidir o futuro da nossa Santa Catarina.

Temos certeza de que os catarinenses sabem escolher os seus representantes, e nós da Assembleia Legislativa temos a grande missão de continuar a nossa jornada.

A nossa homenagem especial ao deputado Elizeu Mattos, que fez com que os lagoonenses, após 30 anos, conseguissem que o PMDB assumisse a prefeitura da cidade de Lages. Parabéns, deputado Elizeu Mattos, pela sua luta, trabalho, participação, sua consistência. E quero parabenizá-lo porque v.exa. está fazendo história no PMDB.

Hoje é um dia muito importante para nós e em especial para v.exa., prefeito eleito na cidade de Lages.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Antônio Aguiar, eu iria hoje fazer o meu pronunciamento, mas desde ontem estou com dificuldade para falar, parece que tenho um eco na cabeça, pois perfurei o tímpano. Então, talvez amanhã ou na próxima semana eu faça o meu pronunciamento, até para contar a nossa história da eleição em Lages. Mas quero agradecer a referência de v.exa. à minha pessoa, a toda minha bancada, enfim, ao meu PMDB, pelo apoio que obtive com a vitória na cidade Lages.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Um grande abraço, prefeito Elizeu Mattos. Temos certeza da sua recuperação, mas quero parabenizá-lo acima de tudo pela grande vitória na cidade de Lages, fazendo história no PMDB, história no estado de Santa Catarina.

Temos a satisfação de ter também outros embates importantes, sendo que cada deputado vai representar a sua região, ajudando o seu município e atuando como candidato.

A Assembleia Legislativa irá mudar a sua composição após essa eleição, pois alguns deputados irão assumir as prefeituras em que foram eleitos.

O deputado Eliseu Mattos vai abandonar a Assembleia Legislativa para fazer com que os seus ideais em Lages sejam realizados.

Temos, em Joinville, como candidato o deputado Kennedy Nunes, juntamente com Udo Döhler, que é o candidato do PMDB. Temos, em Blumenau, como candidato o deputado Jean Kuhlmann. E aqui em Florianópolis também temos como candidato o deputado Cesar Souza Júnior e o deputado federal licenciado Gean Loureiro, que é o candidato do PMDB.

Portanto, embates em três importantes cidades serão realizados no próximo dia 27.

Um grande abraço a todos e parabéns aos catarinenses pela grande eleição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, companheiros deputados desta Casa, deputado Jorge Teixeira, a quem rendo a minha homenagem pelo papel que fez como nosso adversário na cidade de Rio do Sul, logicamente este é o momento para se fazer uma análise da conjuntura eleitoral.

Eu quero enaltecer, neste retorno às atividades parlamentares, que o PT foi o partido que mais fez votos no Brasil na soma geral, que o PMDB foi o partido que mais fez prefeituras, mas reduziu em torno de 160 prefeituras no Brasil. No estado de Santa Catarina também houve uma redução, mas disputa as principais cidades. E o PT teve um crescimento para 46 prefeituras no estado, sendo que no alto vale foram eleitos sete prefeitos do PT, quatro vice-prefeitos e dobrou-se o número de vereadores.

Neste momento quero dizer, deputado Eliseu Mattos, a quem rendo também as minhas homenagens, que parecia que ia ser uma eleição mais tranquila, mas diria que o governador não apenas mora em Lages, como também em Rio do Sul, pois foram as duas eleições onde ele mais esteve presente no estado de Santa Catarina. E v.exa., no arco de aliança que construiu juntamente com o povo de Lages, tranquilamente vai significar uma redenção na gestão daquela cidade.

Não quero aqui fazer a minha avaliação do ponto de vista da gestão do atual prefeito de Lages, mas é preciso que haja uma renovação lá, assim como ocorreu em Rio do Sul, onde o meu partido optou em apresentar o vice do Garibaldi Antônio Ayroso, conhecido como Gariba, atual vice-prefeito. E nós elegemos o prefeito, o atual vice-prefeito, o Gariba, e o Jean de Liz, juntamente com o PSDB, com o PT, num arco de alianças que significam uma vitória para o povo de Rio do Sul.

Quero aqui fazer o registro de quem perdeu as eleições em Rio do Sul não foi o deputado Jorge Teixeira e sim o prefeito Milton Hobus. E o governador, que tanto esteve lá, mais uma vez coloca muito claro que as secretarias Regionais não servem para nada. Ele diz que o prefeito de Rio do Sul tem que vir para Florianópolis para ser secretário. Ele não pode ser secretário onde criou o diferencial de secretário.

Então, além de que agora teremos o nosso grande deputado Jorge Teixeira ajudando Rio do Sul, vamos ter também o secretário de Rio do Sul em Florianópolis, somando mais duas pessoas.

Eu faço esta referência porque tenho absoluta convicção de que se a campanha tivesse sido encaminhada com a lisura necessária, com o aspecto democrático correto, dando aos candidatos a prefeito e a vice-prefeito a possibilidade de participação clara, apresentando os programas de governo, em determinados momentos o deputado Jorge Teixeira parecia que era o atual candidato a prefeito. Ele não se lembrou de que não era mais candidato a prefeito.

Acho que esse foi um dos grandes equívocos, o que o levou à derrota pela arrogância e prepotência.

Mas quero parabenizar o deputado Jorge Teixeira e já fiz isso pessoalmente quando fui ao seu gabinete para lhe dar um abraço fraterno e solidário pelo bom combate; liguei para o seu vice, Osni Sens, empresário de Rio do Sul, para parabenizá-lo também. E aqui, neste momento, me cabe parabenizar todo o povo de Rio do Sul, do alto vale do Itajaí, todos os candidatos a prefeitos e vice que participaram da eleição, independentemente do partido, pois o pleito democrático é a essência da cidadania e o voto livre é aquilo que defendemos.

Acho que podermos definir nosso voto com liberdade é uma demonstração de maturidade da democracia. E não podemos mais aceitar o que aconteceu em determinadas empresas de Rio do Sul, que obrigaram funcionários a usar camiseta azul, por causa da onda azul, onde se abriu espaços restritos ao prefeito para falar, sem abrir espaço para os outros candidatos e isso não é demonstração democrática num país como o nosso. Penso que nesta eleição conseguimos mostrar que esse tipo de política não serve mais para o nosso país!

Ao mesmo tempo é importante ressaltar que os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi a região onde o PT mais cresceu no Brasil. Em Lages elegemos um vereador, deputado Eliseu Mattos, depois de 22 anos, uma cidade daquele porte. E queremos estar no governo ajudando a construir uma administração democrática e participativa naquela cidade.

Srs. deputados, assim como defendi que na vida pública temos que revitalizar o espaço político, por isso não fui candidato a prefeito em Rio do Sul, e lançamos um candidato a vice-prefeito com 33 anos, um jovem micro empresário, que foi meu secretário de cultura. Na vida pública temos três cenários de candidatos a prefeito para o 2º turno: um em Joinville, contra um deputado; em

Florianópolis teremos 2º turno com um deputado do PSD e temos também em Blumenau uma jovem liderança contra o deputado Jean Kuhlmann.

Quero dizer ao povo de Joinville que neste momento que teremos que definir, não sei que posição tomará o meu partido. Espero que tenham senso de responsabilidade, que tenham uma posição clara e que não tomem uma posição crítica, como muitas vezes aconteceu; há que ter uma definição, ou seja, ou vão para lá ou para cá. Construímos uma marca pública quando assumimos um papel.

O mesmo tem que acontecer na cidade de Blumenau e aqui em Florianópolis. Os três são bons deputados, e se voltaram para esta Casa continuarão sendo nossos grandes companheiros e também têm condições de ser prefeitos. Quero dizer que neste momento o meu partido precisa fazer algumas avaliações nessas cidades e espero que tomem posições claras em relação ao 2º turno.

No alto vale do Itajaí o PT fez aliança com o PSDB em alguns municípios. Não vejo problema em tomar posição pró Napoleão, se for o caso. Elegemos prefeitos tendo o PSDB como vice, e em Rio do Campo, por exemplo, o nosso vice é do PSDB, assim como em Chapadão do Lageado. Temos que construir nossa história nesse caminho e assim ir assumindo papéis na vida pública.

No mais, quero parabenizar todos que participaram do pleito democrático. E o nosso papel enquanto deputados, representando a população, é estar aqui presente e agora assumindo os próximos vinte e poucos dias de campanha nesse 2º turno, tomando uma posição clara.

Obrigado, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, fico feliz que lá em Concórdia o nosso companheiro João Girardi continue como prefeito, a quem aproveito oportunidade para saudar neste momento.

E gostaria de dizer à deputada Dirce Heiderscheidt, que teve alguns problemas nessas eleições, mas a vida pública é assim mesmo, que não se esqueça de levar ao Ronério, que é uma grande liderança do estado, o nosso convite para fazer parte do Partido dos Trabalhadores, que continua pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tenho muita satisfação em retornar e retomar as atividades nesta Casa, buscando atender à população catarinense.

Inicialmente, quero também referendar as palavras do deputado Sargento Amauri Soares, porque temos a preocupação em relação à Saúde de Santa Catarina. Entendemos as demandas dos nossos funcionários públicos e, pelo menos, com quem conversamos hoje pela manhã, existe uma contraproposta do governador em delimitar dez dias para a formatação de uma proposta concreta à categoria. Portanto, esperamos com isso ter um bom alinhamento do sindicato.

Naturalmente, não poderíamos nos furtar de fazer algumas considerações sobre as eleições 2012. Este deputado e o deputado Maurício Eskudlark fomos, penso eu, os parlamentares que mais percorremos municípios em Santa Catarina nesses últimos meses. Pelo menos nas minhas contas cheguei a visitar 150 municípios buscando, de uma forma ou de outra, fortalecer os parlamentos municipais, até pela nossa experiência, pois fui durante 12 anos vereador na cidade de Blumenau, onde buscamos, sim, trabalhar com formação política, ao longo desses últimos 12 meses, com os nossos companheiros de caminhada na vida pública.

E o PSD, partido novo, com apenas um ano de constituição, fez bonito nessas eleições em Santa Catarina. Chegamos a 52 prefeitos eleitos, por enquanto, porque temos mais três candidatos disputando as eleições, como já declinado aqui, na capital, Joinville e Blumenau. Tivemos prefeituras importantes conquistadas pelo PSD, como São José, onde tivemos uma belíssima virada, uma belíssima conquista, com a companheira Adelianna Dal Ponte; em Chapecó o nosso prefeito foi à reeleição, José Caramori; em Palhoça, o Camilo Martins também fez uma belíssima votação e pelo menos até onde entendemos deverá ser o próximo prefeito daquele município; em Joaçaba, o nosso companheiro Rafael Laske, o mamão, fez uma bela votação e foi reeleito; em Xanxerê tínhamos enormes dificuldades e acabamos conquistando aquela prefeitura, entre outras que o PSD elegeu, além de 61 vice-prefeitos. Uma belíssima votação!

O deputado Jailson Lima estava falando aqui que o PT fez coligações com o PSDB, mas quero lembrar o PT também fez coligações com o PSD, e estava lembrando o comício da última quinta-feira, na cidade de Dona Ema, onde o 55 é vice do 13 e fomos vencedores naquela pequena e simpática cidade do alto vale.

Naturalmente que a perspectiva para o segundo turno será bastante acirrada, mas quero ainda registrar os 481 vereadores do PSD que conseguimos eleger em Santa Catarina nestas eleições.

Quanto ao quadro do segundo turno em Joinville, estamos naturalmente engajados e otimistas com a eleição do nosso companheiro e irmão, deputado Kennedy Nunes, na cidade de Joinville.

E estamos muito otimistas também com a eleição do deputado Cesar Souza Júnior aqui na capital.

Sabemos que em Blumenau será uma disputa acirrada do vereador Napoleão Bernardes com o nosso colega companheiro deputado Jean Kuhlmann. Aliás, talvez Blumenau tenha sido a grande surpresa dessas eleições. Eu parabeno a deputada Ana Paula Lima pela sua caminhada. Embora todas as pesquisas a colocassem em primeiro lugar, até num eventual primeiro turno, de repente os dois candidatos da base de governo João Paulo estão no segundo turno. Isso ratifica o trabalho do prefeito João Paulo e a aprovação da sua caminhada nesses últimos oito anos. Agora vamos para o bom combate e entendemos que é preciso traçar propostas que venham corresponder com o clamor da população na nossa sempre querida Blumenau.

Eu gostaria, srs. deputados, apenas de dizer que há uma expectativa da população catarinense - e o deputado Jailson Lima já falava aqui dessa proposta de renovação. Mas quando nós nos indagamos o que se espera dos novos administradores públicos - e agora com mais dois novos municípios em Santa Catarina, de 293 pulamos para 295-, vemos que o que se espera de fato dos novos administradores é que mantenham um diálogo permanente com a sociedade; que não se encaistem em seus gabinetes; e que possam estar nas ruas e ruelas de seus municípios tomando decisões sempre comunitárias e colegiadas. E mais do que isso: que os novos administradores tenham a capacidade da busca de respostas eficientes aos clamores da nossa população, até porque as decisões políticas acabam repercutindo imediatamente sobre a população, quer para o bem, quer para o mal. Daí a necessidade de termos administradores públicos competentes, éticos, preparados e que de fato estejam dispostos a servir a população catarinense e a população dos seus respectivos municípios.

Aos que perderam, desejamos força para a caminhada, e aos que venceram damos os nossos parabéns!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, é uma satisfação voltarmos à tribuna deste Parlamento para, através do horário do PMDB, podermos fazer um relato da atuação do nosso partido em Santa Catarina nas eleições que se encerraram, no primeiro turno, no último dia 7 de outubro.

Então, quero fazer aqui um relato dos avanços que o PMDB teve nesse primeiro turno da eleição municipal e prestar uma homenagem a todos os nossos líderes e militantes do PMDB em Santa Catarina, iniciando-se pela presidência do partido comandada pelo atual vice-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira, bem como toda executiva e os nossos colegas deputados estaduais, deputados federais e senadores. E é essa força viva que faz com que o PMDB seja essa pujança eleitoral em Santa Catarina.

Portanto, aqui nesse horário destinado aos Partidos Políticos, eu tomo a liberdade de levar ao conhecimento de toda Santa Catarina a performance que o PMDB teve nesse último embate eleitoral encerrado no domingo, o primeiro turno. E evidentemente o PMDB somente confirmou nas urnas a supremacia de quem tem tido o êxito das últimas eleições aqui em Santa Catarina.

Mais uma vez somos o Partido que mais fez prefeitos e vereadores. Estamos presentes em quase 100% do território catarinense. Novamente o PMDB de Santa Catarina arregaçou as mangas e fez valer a sua história, alcançando outra grande vitória nas eleições municipais.

Depois do dia 08 de outubro somos mais uma vez o mais forte e representativo partido político do nosso estado, conquistando mais do que o dobro das prefeituras do segundo colocado. Tivemos uma votação extraordinária, superior a um milhão e 50 mil votos e garantindo a maior representatividade no Poder Legislativo dos municípios.

Com o trabalho do nosso time, em 2013, teremos: 104 prefeitos, 71 vices e estaremos presentes em 143 administrações municipais na majoritária ou prefeitos e vices. Seremos representados na Câmara Municipal por 869 companheiros e companheiras.

A eleição ainda não terminou. Estamos no segundo turno nas três principais cidades catarinenses, com os candidatos mais preparados para governá-las. Vamos crescer ainda mais. Além disso, o PMDB foi vitorioso em cidades estratégicas para o desenvolvimento catarinense, como Braço do Norte, Curitibaanos, Ibirama, Ituporanga, Lages, Laguna, Maravilha, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste entre outras.

Das 36 cidades de sede das secretarias regionais o PMDB venceu em 19 cidades com candidatos a prefeito e vice. Vencemos adversários históricos em 16 dessas cidades. E não será diferente agora. Mais do que nunca uniremos forças para consolidar os nossos resultados e garantir a vitória também em Florianópolis, Joinville e Blumenau. A nossa história de conquista continua.

Nós em Santa Catarina, no ano de 2008, fizemos um milhão e vinte e oito mil votos. Agora, no ano de 2012, fizemos um milhão e oitenta e três mil votos.

No ano de 2012 fizemos 104 prefeitos, sendo 94 homens e sete mulheres, 35% do total. Mais do que o dobro do segundo colocado. Fizemos um total de 71 vice-prefeitos eleitos e em chapa pura 32 vice-prefeitos. O PMDB estará presente com prefeitos e vices em 143 prefeituras, podendo chegar a 143, após o segundo turno.

Fizemos 869 vereadores. Disputamos com 24 candidatos a prefeito e 18 candidatos a vice, sendo oito candidatos com chapa pura. Conquistamos 19 prefeituras, sendo 14 prefeitos, cinco vice-prefeitos e três chapas puras. Ainda vamos disputar Florianópolis, Joinville e Blumenau.

Prefeitos eleitos de cidades polo, sedes das secretarias de desenvolvimento regional, elegemos os prefeitos das cidades de Caçador, Campos novos, Canoinhas, Taió, com continuidade, Braço do Norte, Ibirama, Ituporanga, Lages, Laguna, Maravilha, Rio do Sul, São Joaquim, São Miguel d'Oeste. Além de elegermos os vice-prefeitos das cidades de Chapecó, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Mafra e Xanxerê.

Uma performance do nosso partido com os coligados: em chapa pura vencemos em 32 cidades. O maior número de vitórias tivemos

com o PT em 32 cidades, totalizando 61% das candidaturas com sucesso. Com o PSD conquistamos 26 cidades, totalizando 50% de aproveitamento. Com o PSDB, vencemos em 15 cidades, com 42% de aproveitamento. Das 28 cidades em que estivemos coligados com o PP, vencemos em 20, com 71% de aproveitamento.

O PMDB poderá crescer ainda mais no segundo turno com as vitórias nas cidades de Florianópolis, Jonville e Blumenau.

Diante desse quadro, gostaria de dizer a você cidadão e cidadã catarinense que o PMDB faz parte dessa história viva do estado e que na condição de líder da bancada, hoje, pela manhã, tivemos uma reunião para a qual convidamos todos os nossos colegas parlamentares, para que juntamente com o nosso presidente estadual do partido e mais lideranças pudéssemos anunciar para toda Santa Catarina esses números agora relatados.

Quero também desta tribuna, em nome da bancada, fazer um elogio ao nosso deputado Elizeu Mattos, ex-líder do governo, pela sua performance na cidade de Lages, onde no último domingo consegui um fato inédito nos últimos 30 anos, que é retomar a administração municipal daquela cidade importante do cenário catarinense da nossa região serrana, consagrando-se prefeito eleito naquela cidade.

Então, deputado Elizeu Mattos, em nome da nossa bancada, quero desejar muito êxito frente ao governo municipal. Realmente v.exa., juntamente com sua equipe, levará para a administração municipal de Lages a forma de governança do PMDB. Com certeza v.exa. e os seus comandados farão um grande governo por todo o povo lageano.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu já fiz um aparte no pronunciamento do deputado Antônio Aguiar e tudo que eu falo dá eco. Estou escutando o eco, mas o meu melhor eco foi o da vitória, o grito do povo, esse foi o grande eco.

Quero agradecer à nossa bancada do PMDB pelo apoio expressado à nossa candidatura, especialmente nos momentos mais difíceis quando ligava para os deputados, principalmente para v.exa. que prontamente me atendia, reclamando da força bem diferente de uma força pequena com a força grande. Eu disse na ocasião que não estava aguentando mais, pois era muito força, muito governo contra o Elizeu, era o governo do estado, o governo municipal, a estrutura das duas máquinas e nós rebolando, fazendo um esforço danado. Mas todo o esforço foi reconhecido, mesmo apurado ganhamos a eleição num novo jeito de governar que vamos implantar a partir do ano que vem, com o pessoal certo nos lugares certos, com um time técnico.

O mais importante foi o reflexo que a candidatura de Lages gerou nos demais municípios da região. Dos 18 municípios que compreendem a Amures, os municípios da região serrana, o PMDB ganhou em 13, onde participava das eleições, nove como candidato a prefeito, foi a metade, e quatro como vice-prefeito. Isso foi o resultado do reflexo da

nossa campanha vitoriosa no município e Lages.

Espero amanhã, o mais tardar na semana que vem, fazer um pronunciamento sobre a eleição de Lages. Agradeço o aparte e o apoio dispensado por v.exa. à nossa pessoa, à nossa candidatura.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Parabéns, deputado Elizeu Mattos. Nós da bancada sabemos que v.exa. fará um governo revolucionário naquela cidade, tão importante no contexto social e econômico de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o meu líder deputado Aldo Schneider, toda a nossa bancada, todos os nossos companheiros e companheiras do Parlamento e dizer que v.exa. também teve um desempenho extraordinário. Mas vamos apenas emprestar o deputado Elizeu Mattos para Lages por um determinado tempo, pois ele é patrimônio desta Casa e logo deverá voltar para continuar o trabalho lindo que faz aqui na Assembleia.

Quero cumprimentar v.exa. que tem conduzido muito bem a bancada do PMDB, uma bancada que teve um sucesso extraordinário, e o presidente do partido esteve aqui recentemente. Então, parabéns pelo trabalho. Acho que estamos alcançando o grande objetivo de buscar cada vez mais força, para compormos um quadro que é importante e fundamental para o bem-estar e a segurança de estarmos junto governando Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa.

Gostaria também de me dirigir à sociedade catarinense para neste momento dizer muito obrigado a todos os eleitores e eleitoras que através da sua escolha fizeram com que o PMDB superasse a marca de 30% dos votos válidos em Santa Catarina.

O PMDB é hoje mais do que um partido político, é uma grife, é uma agremiação de pessoas que através da ideologia político-partidária faz com que os nossos mandatários vereadores, vereadoras, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, possam dar a sua contribuição como o jeito de governança do PMDB para melhorar as cidades de Santa Catarina e do Brasil, pois com certeza por onde passamos deixamos uma marca de seriedade, de transparência e, acima de tudo, de evolução para o cidadão.

Então, agradeço a todos que de uma forma ou de outra participaram desse momento histórico na vida política de Santa Catarina e digo a todos muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, não poderia ser diferente nesta primeira sessão depois das eleições municipais do primeiro turno, no caso das cidades que têm segundo turno, e de turno único para as demais cidades, estarmos nesta tribuna e tecer alguns comentários, especialmente neste horário destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores, sobre as eleições municipais.

A primeira frase que deixo colocada nesta tribuna obviamente tem que ser de reconhecimento e de felicitações aos que foram eleitos, mas também aos que disputaram de forma brava e não venceram, porém deram a contribuição para o pleito, para a democracia e para aquilo que entendiam ser melhor para seus respectivos municípios.

Em relação ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, temos que comemorar um avanço importante tanto das eleições em nível nacional, quanto em Santa Catarina.

Em termos nacionais, o PT hoje, a partir de janeiro, fora as cidades maiores que terão eleições no segundo turno, governará 626 cidades, o que representa cerca de 22 milhões de habitantes.

Em Santa Catarina, tínhamos atualmente 35 prefeitos e saltamos para 45; dos 237 vereadores passamos para 308. No caso das prefeituras, apenas a título de consideração e de comparação, o PMDB que fez uma grande bancada, mas ainda assim diminuiu de 113 para 104; o PSD, antigo PFL, de 59 baixou para 52; o PP de 54 baixou para 45, e o PSDB de 32 baixou para 25 - já o PT subiu de 35 para 45.

Portanto, temos motivos importantes em termos também de resultados para serem comemorados em Santa Catarina.

Além disso, temos casos específicos. Então, eu não poderia deixar de fazer desta tribuna também uma menção à eleição no município de Concórdia, cidade em que tive a honra e o prazer de ser prefeito por dois mandatos, de 2001 até 2008. E elegemos o nosso sucessor, o ex-vice-prefeito João Girardi, que conseguiu, com o apoio dos nossos companheiros militantes e da população de Concórdia, ser reeleito novamente. Assim a administração encabeçada pelo nosso partido vai para o quarto mandato em Concórdia, numa eleição expressiva, com uma diferença significativa que os eleitores daquele município deram.

Quero fazer essa referência, parabenizando o prefeito e o vice-prefeito e todos os apoiadores, os candidatos não eleitos inclusive da minha cidade, que cumpriram o seu papel, fizeram a disputa, disputaram e estão de parabéns também porque esse é o regime democrático, em que a população escolhe os seus governantes, mas não quer dizer que rechaça também aqueles que foram derrotados, afinal de contas quem teve 10, 20, 30, 40% ou mais de votos tem uma expressiva representatividade.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que também foi eleito na eleição para prefeito

sabe que mesmo aqueles que num primeiro momento não se elegem têm seus méritos, suas representatividades, e o que queremos é que os governantes possam olhar de fato para a maioria da população, seus anseios e necessidades, e que deem prioridade principalmente aos temas que foram mais pedidos. Em todos os municípios onde circulamos, o tema saúde vinha em primeiro lugar. Em todos os municípios esse foi o grande tema de campanha.

Se cada prefeito tinha na sua plataforma a prioridade saúde e se era o tema que a população mais falava, então as outras esferas de governo também precisam pensar as suas ações. Então, o governo federal da querida presidente Dilma Rousseff, que faz um espetacular trabalho no Brasil, precisa olhar mais para a saúde, e o governo estadual do estimado governador Raimundo Colombo, que também botou a saúde como prioridade no seu mandato, precisa olhar mais essa questão, pois em todos os municípios foi falado que a saúde precisa melhorar. A saúde é dever das três esferas - município, estado e União.

Por isso vamos continuar fazendo coro no sentido de que é preciso destinar mais recursos à saúde, tanto para a união quanto aos estados e aos municípios. Tenho certeza de que os deputados devem ter ouvido nas suas cidades sobre essa questão que muitas vezes esteve em pauta. É claro que há outros temas importantes, mas se a questão da saúde tantas vezes foi colocada é sinal de que precisamos melhorar a saúde pública no país. E isso deve ser feito nas três esferas, porque todas têm atuação fundamental. A saúde básica está no município, mas conta e depende do estado e da união.

Quanto aos demais temas que foram colocados, também é necessário que os governos governem com seriedade, evitem os atos que não são aqueles éticos que a população deseja, rechacem violentamente os atos de corrupção no setor público. Os partidos, os governantes e a população consciente precisam ajudar nisso para que nós tenhamos uma política séria, limpa e que as disputas sejam do bom combate, onde se busque a eleição, vitoriosa ou não, deputado Jorge Teixeira, como v.ex.a., que é um vitorioso político e pode não ter sido eleito mas certamente fez uma campanha buscando o melhor para o seu município.

É disso que precisamos, e a população confia naqueles políticos que assim fazem, que mesmo quando não eleitos são reconhecidos pela sua representatividade. Então, temos que forçar cada vez mais a política séria, do trabalho, que vem em benefício da população.

Quero fazer essas considerações, enaltecer todos que obtiveram a vitória e os que não foram vitoriosos nas urnas, pelo trabalho político realizado, assim como aos vereadores que têm um papel no legislativo e que pensam em conjunto sobre o que é melhor para o seu município, estado e país.

Portanto, parabéns àqueles que ajudaram a construir o processo democrático das eleições municipais e o alerta para todos de que, efetivamente, as questões mais importantes da população é que devem

prevalecer e que devemos fazer esforços conjuntos para buscar o melhor para toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, ainda não vai ser agora que vou falar sobre eleição, assim como os demais deputados têm feito. Inclusive, existe essa questão da greve dos servidores da saúde que está me preocupando mais do que a eleição, onde mais perdemos do que ganhamos, na minha avaliação, deputada Luciane Carminatti.

Eu estava falando da greve que começou na manhã de hoje e da proposta do governo. Proposta, não. O governo mandou um ofício dizendo que em 15 dias apresentará uma proposta, no final da tarde de hoje. Isso, evidentemente, colocou o sindicato, a diretoria do sindicato e o comando de mobilização em greve, a debater, a refletir pela madrugada inteira. E estão para realizar uma assembleia por agora.

Eu quero deixar muito clara nesta tribuna a posição da diretoria do SindSaúde e inclusive do comando de greve. A posição da diretoria do sindicato e do comando de greve, racionalizando a questão, é de esperar os 15 dias. Mas essa é a posição da diretoria do sindicato e do comando que, evidentemente, está sujeita à deliberação da última assembleia da semana passada, assim como está sujeita a decisão da assembleia daqui a pouco.

Espero, muito sinceramente, que a intenção do governo com essa proposta, com esse empurrão de barriga, por mais 15 dias, não seja no sentido de colocar a liderança do movimento em xeque diante da categoria. Porque se for isso, com certeza, a partir de hoje nós teremos uma situação muito conflitante nos estabelecimentos públicos de saúde do nosso estado, como já está.

Não é possível definir qual será o resultado desta assembleia que está para começar agora. Porque os hospitais já começaram a greve na manhã de hoje.

Então, é impossível dizer quantos estarão mobilizados em assembleia, convocada em 12 horas, para que possa ter legitimidade e racionalização para definir um rumo melhor para o movimento. E eu quero, inclusive, falando aqui na defesa da categoria, dos servidores da Saúde, respaldar a posição do comando de greve e da diretoria do sindicato e apelar ao governo do estado que se efetivamente está determinado a apresentar uma posição, que nas próximas horas e não apenas daqui a 15 dias tome uma atitude mais efetiva para convencer de que vai apresentar uma proposta concreta de gratificação que possa superar o atual conflito que já levou à greve.

Avalio que o governo tenha a necessidade de tomar essa postura. Porque ir para os meios de comunicação antes de a greve

começar, criminalizar o movimento num debate que o governo sabe que o sindicato está levando dados, números, situações internas na folha de pagamento dos servidores da Saúde e que pode sim dar uma gratificação gastando muito pouco a mais do que está gastando, inclusive em alguns casos existem elementos bastante concretos para se perceber de forma esquisita, para dizer o mínimo, como um hospital fechado que paga sobreaviso, assim como os maiores hospitais, como se fosse um grande hospital aberto, e o hospital fechado paga sobreaviso.

Então, nisso o sindicato está ajudando. Estão levando essas questões para o governo para que seja discutida uma proposta possível para o governo e aceitável pela categoria. Agora, se o governo vai jogar na confusão e enrolação do sindicato, com certeza o conflito que já começou vai ficar ainda mais duro para ambas as partes a partir da tarde de hoje.

Assim, faço esse apelo ao governador do estado, ao comitê gestor, ao secretário da Saúde, aos demais secretários, da Administração e da Fazenda, para que avaliem com mais cuidado e deem uma resposta mais concreta e efetiva nas próximas horas e, de preferência, ainda hoje, porque o movimento está deflagrado, a greve está deflagrada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, depois de um bom tempo longe da Casa voltamos a nos reunir e conversar sobre esse momento todo especial que vivemos no país, a verdadeira essência da democracia, o exercício pleno da cidadania neste último domingo, quando vimos choros e ranger de dentes, sorrisos e alegrias exageradas inclusive.

E, agora, o momento é de se fazer uma análise mais profunda em nível até de partido, do nosso PSDB em Santa Catarina, analisando o desempenho do nosso partido em nível estadual e também, por que não, federal. Essas conversas não vão acontecer somente em nível de PSDB, mas de todos os partidos. É o exercício da democracia. Todos os partidos agora, ainda temos um segundo turno, mas depois desse segundo turno, literalmente todos vão sentar, analisar e ver onde perderam, onde ganharam e projetar os próximos passos, visando o ano de 2014, quando teremos novo embate eleitoral, que no meu modo de ver não deveria existir, pois deveria ser de quatro em quatro anos o embate eleitoral.

Não deveria a cada dois anos o país praticamente parar e ter um desvio de conduta, vamos dizer assim, no bom sentido, um desvio do foco maior, do desenvolvimento do país, do trabalho, das pessoas envolvidas, para irmos para o embate político. E em muitos municípios a coisa acaba quase que parando.

Nós tendo o embate político a cada quatro anos teríamos também a possibilidade

de acabar com aqueles candidatos que atiram sem a preocupação de prejuízo nenhum, porque muitos têm mandato.

Hoje sai candidato a prefeito, a deputado federal, a senador e amanhã saem a deputado estadual, federal, prefeitos que foram eleitos hoje. E assim se sucede nesse embate democrático que temos neste país. Eu particularmente acho que deveríamos ter até para efeito de economia um embate político num ano só. Ah, mas é muito começar por vereador, prefeito, deputado estadual e federal, pois vai confundir o eleitor. Tudo bem, então faz num ano só, mas em dois turnos.

No primeiro dia vota para vereador e prefeito, uma semana depois voltam para votar para os demais cargos. Mas dentro do mesmo processo, dentro do mesmo ano. Seria economizada uma barbaridade.

Hoje os candidatos a vereador e prefeito quem é que eles procuram? Os deputados estaduais, os federais e tudo mais, pedindo ajuda financeira, pedindo apoio logístico etc.

Daqui a dois anos os deputados estaduais vão se arvorar, vão pedir apoio a outros segmentos. E assim sucessivamente. Mas se tem um embate de uma vez só, eles se ajudam mutuamente. Há uma economia clara e cristalina financeira. E o país não pararia a cada dois anos. Esse é meu entendimento. De qualquer maneira não diz a nós, deputados estaduais, mudarmos isso. Essa questão poderia muito bem estar na reforma política neste país que anda a passos de tartaruga no Congresso Nacional, que no fim das contas não vai alterar muita coisa.

Quero aproveitar e transmitir um abraço todo especial ao pessoal da minha região que conseguiu alcançar êxito nesta eleição. Começo citando o meu município de Joinville que não teve o PSDB no segundo turno, mas que teve três vereadores eleitos na cidade, o Fábio Dalonso, conhecido como Fabinho, em Joinville, o sr. Roberto Bizoni e o Maurício Peixer.

Tenho algumas pessoas muito ligadas a mim e à Casa Amarela, meu escritório de trabalho em Joinville, que eu gostaria também de citar, já que para mim foi motivo de muita alegria vê-los eleitos.

O João Carlos Gonçalves me substituiu na televisão e no rádio há 17 anos e que há muito tempo vem pedindo uma oportunidade para sair candidato a vereador. E nesse pleito nós entendemos que ele deveria ter essa oportunidade. Ele fez mais de cinco mil votos em Joinville, tornando-se o terceiro vereador mais votado na cidade. Um grande abraço ao João Carlos Gonçalves.

Tivemos outro amigo que não é do nosso partido, mas que é parceiro da Casa Amarela, grande colaborador nosso, o Sidnei Sabel, que foi o segundo mais votado em Joinville, um grande amigo e grande parceiro da Casa Amarela. Um grande abraço ao Sidnei Sabel.

Tivemos mudança de nomes para os próximos quatro anos na Câmara de Vereadores de Joinville, que foi muito interessante, numa renovação de mais de 60%. E isso mostra que a população quer mudar, quer nomes novos, quer ideias novas no

Legislativo de Joinville e também em outros Legislativos de Santa Catarina.

Quero também cumprimentar o Fernando, de Massaranduba, e os vereadores eleitos naquele município, o prefeito Osvaldo, de Schroeder, e os vereadores, o prefeito Chaves, eleito em Garuva, e os vereadores eleitos neste município, vereadores do município de Itapoá, amigos, vereadora Márcia, vereador Geraldo, vereador Clóvis, de São Francisco do Sul, o prefeito João Pedro e os vereadores de Araquari, enfim, todos da minha região.

Continuo sendo e vou sempre ser um lutador, um defensor da minha região e daqueles que trabalham pela nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, minha saudação a v.exa., às nossas deputadas, aos nossos deputados, a todos que retornam depois de 90 dias de uma cansativa campanha, meu líder, deputado Silvio Dreveck.

Como nessa semana vamos falar muito de resultados, cada um trabalhando os números de acordo com os seus interesses, deputado Carlos Chiodini, cada um fazendo as suas reflexões...

Quero, na figura do deputado Carlos Chiodini, enaltecer a importante vitória que tivemos no município de Jaraguá do Sul, por ser encabeçada por alguém que esteve nesta Casa, que ocupou a minha vaga, durante os 60 dias que me licenciou, conhecido de v.exas., o nosso deputado Dieter Janssen.

Ele teve a parceria do deputado Carlos Chiodini. E naquele período v.exas. puderam construir uma coligação que representa o novo para Jaraguá do Sul. Esse projeto, deputado Chiodini, teve muito envolvimento de v.exa., do seu partido, o PMDB, e de tantos outros partidos que compuseram o nosso Partido Progressista em torno do deputado Dieter. E isso representa um novo momento para Jaraguá do Sul e sua gente, pela liderança, pela juventude, também pela juventude de v.exa. e do Dieter, um time novo que entra no comando de Jaraguá do Sul, a quarta economia de Santa Catarina. E essa nova geração chegando ao poder representará um ganho muito grande para a cidade, para o futuro da política de Santa Catarina.

Para nós, deputado Silvio Dreveck, que estamos há quase cinco décadas sem comandar o município de Jaraguá do Sul, também é uma reconquista. Nosso último prefeito, deputada Dirce Heiderscheidt, foi o pai do senador Paulo Bauer; veja v.exa. que já faz muito tempo que o nosso partido não ganhava eleições em Jaraguá do Sul.

Nós estamos muito satisfeitos também pela reeleição do deputado Jandir

Bellini, amigo de tantos aqui e que conseguiu a proeza de ser reconduzido para o quarto mandato à Prefeitura de Itajaí, uma importante prefeitura. Aliás, do nosso partido são quatro prefeitos tetracampeões, o Jandir Bellini e o nosso prefeito Valdir Zanella, de Ipumirim, deputado Romildo Titon, que tem o PMDB na vice-prefeitura e que foi reconduzido no último domingo para o quarto mandato, o Valdir Zanella, que foi uma vez vice-prefeito e agora quatro vezes prefeito da cidade de Ipumirim.

Vou falar sobre resultado de eleição em outro momento, mas quero cumprimentar todos os partidos, pois todos tivemos vitórias, deputado Jorge Teixeira, todos tivemos derrotas, ganhamos eleições perdidas, perdemos eleições ganhas, cometemos erros, cometemos acertos, houve resultados imprevisíveis, e aí para cada um se tem uma justificativa, cada um trabalha os números de acordo com os seus interesses.

Deputado Moacir Sopelsa, espero que numa questão sejamos unanimidade, e eu disse que faria isso a partir de hoje, e vou cansar de vir para esta tribuna e repetir que precisamos iniciar um movimento de baixo para cima pela unificação das eleições já, deputada Luciane Carminatti. Ninguém aguenta mais eleição de dois em dois anos. Não é mais possível.

Nós vamos passar do segundo turno, convocar uma reunião da diretoria da Unale, para concluir as 27 Assembleias do Brasil, as 5.600 mil Câmaras de Vereadores, os prefeitos, as forças vivas de cada comunidade, para pressionar o Congresso Nacional. Ninguém aguenta mais. Sai-se de uma eleição completamente destruído fisicamente, emocionalmente, financeiramente. É uma carga extremamente pesada, deputado Romildo Titon, ficando cada vez mais caro, cada vez mais desgastante. E, além disso, promovendo um prejuízo para a administração pública incalculável.

Está sobrando de tempo líquido para cada administração dois anos. Tanto para as administrações do governo da República, dos governos estaduais, quanto para os municípios. Porque de dois em dois anos a administração pública fica engessada; as coisas que têm de acontecer acontecem até o final do primeiro quadrimestre. Depois ficamos 2/3 do tempo enrolando o povo, porque a legislação não permite, porque não dá, porque não é possível. Então, não dá para continuar.

Deputado Narcizo Parisotto, não dá mais para fazer de conta. E o eleitor deu o seu recado nessas eleições. V.Exas. perceberam a sua apatia. O eleitor está cansado de ser chamado para as urnas de dois em dois anos. Além disso, há a questão do alto custo para o erário, deputado Silvio Dreveck. Uma campanha de dois em dois anos custa mais do que R\$ 1 bilhão. Deputada Luciane Carminatti, isso é quase o custo da duplicação da BR-101 no sul do estado. Porque se investe na estrutura de uma campanha dinheiro oficial, dinheiro que falta para a educação, para a saúde, para a área de investimentos, e isso se repete de dois em dois anos!

Ora, não podemos aceitar isso se temos o sistema de votação eletrônica mais eficiente do mundo! Os países vêm copiar o

nosso modelo. Não dá para compreender por que os mandatos não podem começar e terminar juntos! Além disso, há toda a eficácia e eficiência para se começar e terminar os mandatos, para se iniciar e concluir juntos a discussão de projetos e, por fim, acabar com a reeleição.

Deputado Jorge Teixeira, eu apoiei, sim, os vários candidatos à prefeitura do meu partido, que eram candidatos à reeleição, porque o instituto existe, mas ele faliu, e as urnas mostraram isso, mais uma vez. Estamos chegando a pouco mais de 50% somente de aprovação. Sinal de que o eleitor está também mandando o seu recado.

Precisamos ficar com os ouvidos atentos, deputado Nilson Gonçalves, àquilo que o povo manda dizer pelas urnas. O povo quer a unificação das eleições, deputado Silvio Dreveck. O povo não quer mais o instituto da reeleição; o povo não quer mais coligação na proporcional. É preciso acabar, é preciso proibir a divulgação de pesquisas na véspera de eleição mentirosas! E, o que é pior: agora inventaram a tal de enquete. Lá na minha cidade, em Tubarão, que tinha quatro candidatos, no último dia havia uma enquete para cada candidato. Cada um dos quatro colocando-se na primeira posição. Números que são trabalhados nas coxas, sem nenhuma responsabilidade e sem nenhuma punição! Isso influencia, sim, no resultado da eleição. Isso influencia, sim, na democracia, na vontade soberana do eleitor.

Então, são reflexões que temos que fazer suprapartidariamente, de forma contundente, porque sentimos na pele quanto essa legislação eleitoral está vencida, velha, ultrapassada.

Precisamos, urgentemente, fazer uma mudança. E isso tem que ser feito somente com pressão, e o Congresso Nacional deve essa resposta para o Brasil há muito tempo.

Estou com 16 anos de mandato, ouço sempre dos candidatos a deputado federal, a senador dizerem que chegando no Congresso Nacional vão fazer a reforma. Mas parece que quando chegam lá ocorre uma amnésia coletiva. Então, devemos começar de baixo para cima, pela reforma já!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é bom retornar a esta tribuna, reencontrar os nossos colegas do Parlamento, fazer uma reflexão e ouvir essas manifestações tão importantes a respeito da questão eleitoral.

Com relação às pesquisas, em vários municípios tivemos números conflitantes. Mas na véspera da eleição, sexta-feira, em São Miguel D' Oeste, saiu uma pesquisa dando seis pontos de vantagem ao atual prefeito e nos outros jornais, duas pesquisas, uma em cada jornal, dando 14 pontos de vantagem ao

candidato da oposição, João Carlos Valar, que foi vitorioso. Quer dizer, chegou ao cúmulo de um jornal colocar uma diferença de 20% numa pesquisa, tentando induzir a população. O que percebemos é que o eleitor, o cidadão, muito coerente tomou sua posição, fez sua escolha, independentemente das pesquisas eleitorais.

Mas realmente esse sistema tem que ser repensado. Claro que para fazer as eleições numa data única, até pela questão do programa eleitoral, que dizem ser gratuito, mas não é, porque o governo deixa de arrecadar e de cobrar das rádios um valor expressivo, então há custo para o cidadão e para o estado. E teríamos, além dos candidatos que fizeram o programa eleitoral ainda os deputados estaduais, federais, senadores, governadores e presidente. Então, realmente precisaríamos fazer uma cartilha a respeito das eleições.

Srs. deputados fiz um requerimento para aprovação dos demais deputados desta Casa, parabenizando a Justiça Eleitoral catarinense e brasileira. Mas, principalmente a catarinense, por todas as iniciativas tomadas. Hoje podemos saber o resultado das eleições em alguns municípios em questão de minutos, mas ainda lembramos a época da contagem das cédulas, da mistura dos montinhos de cédulas, de passar as dúvidas para os cadernos, aquela fiscalização que precisava ter, havendo a possibilidade de erro e até de má fé.

Então, temos que parabenizar a Justiça Eleitoral brasileira, a Justiça Eleitoral catarinense, na pessoa do presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Registre aqui também, pois acompanhei o trabalho dos juizes e promotores eleitorais, muitos deixando seus gabinetes, indo verificar denúncias, acompanhando casos de flagrantes, para fazer com que a democracia prevaleça que a força do dinheiro, das falcaturas não venha a afetar uma eleição e a prejudicar a decisão da vontade soberana que é a vontade popular.

Neste registro faço também uma homenagem ao Dr. Juliano Serpa que coordenou a comarca e a região eleitoral de São Miguel D'Oeste e o promotor eleitoral Márcio Rio Branco Nabuco Correia que fizeram esse trabalho na comarca. Como disse, saindo dos gabinetes, acompanhando as denúncias, algumas infundadas, algumas com medo, outras com maldade, mas verificando in loco e fazendo com que a justiça prevalecesse, agindo com bom senso e acima de tudo com o rigor que a lei exige.

Então gostaria de registrar a nossa homenagem à Justiça Eleitoral do Estado de Santa Catarina, aos juizes, aos promotores, pela forma como conduziram essa votação.

Ressalto aqui a importância da participação de todos nesse processo eleitoral e, claro, passada a eleição, acabamos encontrando pessoas que foram eleitas e outras que não, pessoas alegres, motivadas, e outras que ainda não acreditam no resultado e que estão procurando achar culpados. Não há culpados! Aquelas pessoas que disputaram o pleito eleitoral na boa fé, que colocaram o seu nome à disposição e apresentaram seus projetos tiveram a sua importância no pleito.

E como vivemos num sistema que procura fortalecer o partido onde o voto da

legenda é mais forte que o próprio voto do candidato, todos aqueles que disputam a eleição têm a sua participação, pois se o voto ao candidato prevalecesse e fossem eleitos apenas os candidatos mais votados, muitos deixariam de, efetivamente, participar, mas há casos em que os partidos, para eleger apenas um candidato, acabam lançando 18 candidatos e o somatório desses votos do partido dá direito a uma vaga que deverá ser preenchida pelo candidato mais votado.

Cito isso porque encontrei dois jovens candidatos a vereador, um deles fez 88 e o outro 89 votos, que estavam um pouco desiludidos porque precisariam de mais ou menos 600 votos para se eleger, mas aquele partido apenas alcançou a legenda porque recebeu cento e poucos votos a mais que o outro. Dessa forma, caso não houvesse a participação desses dois candidatos nas eleições o partido não teria alcançado a legenda e não teria, portando, conseguido eleger um vereador.

Então no nosso sistema democrático, político, em que a força do partido prevalece à força dos candidatos, em que não são eleitos apenas os mais votados, mas dependem também do resultado que o partido alcança nas urnas.

Sendo assim, é importante a participação de todos na eleição, inclusive, brincamos que todos deveriam participar, ao menos uma vez, porque as pessoas não conhecem as dificuldades de um período eleitoral e do desempenho da atividade parlamentar. Mas vejo que o estado, o Brasil, está de parabéns pela forma tranquila como transcorreu essa votação, pela prontidão da Justiça Eleitoral e dos órgãos de segurança para evitar qualquer irregularidade e para que tudo ocorresse de forma tranquila.

Gostaria de parabenizar todos os eleitos, os não eleitos, os nossos 52 prefeitos eleitos, os 61 vice-prefeitos e os 488 vereadores que o PSD elegeu no estado de Santa Catarina, pela importância que tiveram na democracia. A sociedade catarinense neste momento está de parabéns.

Esperamos que aquele desejo colocado através do voto de ver aquele candidato efetivamente fazendo o melhor pela sua cidade venha a ocorrer. E que a população, fazendo essa escolha, ajude a tirar da política aqueles que colocam o interesse pessoal acima do interesse coletivo.

Então, em nome do partido, gostaria de homenagear todos e, especialmente, como dissemos, a Justiça Eleitoral pela forma com que conduziu essas eleições.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0014/2012, 0075/2012, 0081/2012, 0087/2012, 0124/2012, 0133/2012, 0139/2012,

0144/2012, 0178/2012, 0183/2012, 0197/2012, 0200/2012, 0214/2012, 0252/2012 e 0267/2012.

Comunica, ainda, que encaminhará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0395/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 0849/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0850/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0851/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0852/1012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0853/2012, de autoria do deputado

Dirceu Dresch; 0854/2012 e 0855/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0856/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento

Interno, são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 98ª Sessão Ordinária de 10/10/2012:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0283/2012 e 0298/2012.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0167/2012.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR AS TAXAS E IMPOSTOS QUE INCIDEM SOBRE AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2012, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2012, às 14h, no Auditório da Câmara de Vereadores de Chapecó, realizou-se audiência pública para discutir as taxas e impostos que incidem sobre as agroindústrias familiares. A **Mestre de Cerimônias Soraila Boabald** cumprimentou os presentes e abriu os trabalhos informando que, nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, aquela audiência pública havia sido proposta pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do Deputado Estadual Dirceu Dresch. Para compor a mesa de trabalhos, convidou as seguintes autoridades: Deputado Estadual Dirceu Dresch, proponente da audiência; Domingos Guimarães, gerente regional da Secretaria da Fazenda de Chapecó; Osvaldir Dabello, coordenador estadual do programa Gestão de Negócios e Mercado da Epagri; Alexandre Bergamin, coordenador da Federação da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul); Altair Silva, Secretário da Agricultura de Chapecó, representando o senhor José Caramori, Prefeito de Chapecó; Diva Vani Deitos, presidente da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco); e Gênês da Fonseca Rosa, diretor-presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Santa Catarina (Unicafes/SC). Em seguida, registrou a presença de Sandra Bergamin, presidente da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) de Chapecó e Região; Inês Claudete Burg, da Universidade Federal da Fronteira Sul, representando o Vice-Reitor Antônio Inácio Andrioli; Leonir Fiabani, Secretário da Agricultura de Planalto Alegre; Neusa Bergamin, presidente da Unidade Central da Agricultura Familiar (Ucafe) e coordenadora da Agroindústria Familiar Bergamin; Sérgio Fiabani, presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar (Coperare); Nair Basei, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinzal; Wilson Marcos Testa, representando o senhor Nelson Cortina, gerente do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar da Epagri/Chapecó; e Clair Lorenzetti, representando o senhor Valdir Crestani, gerente regional da Epagri/Chapecó. Após, para a condução dos trabalhos, passou a palavra ao **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, que iniciou a audiência saudando os presentes. A seguir, disse ser uma satisfação muito grande poder estar ali naquela tarde discutindo um tema tão importante para o Estado e em especial para o oeste catarinense. Observou que o tema da audiência já vinha sendo debatido havia alguns anos, num movimento de sensibilização dos agricultores para a melhoria de suas atividades de renda e com o objetivo de manter agricultores e jovens no meio rural. Avaliou que o grande desafio que tinham pela frente era o custo daquilo tudo, acrescentando que estavam buscando o tratamento diferenciado das pequenas unidades familiares em termos de legislação e tributos. Disse que aquele havia sido um apelo feito pelas organizações e que, felizmente, o Presidente da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual José Milton Scheffer, havia atendido a reivindicação para a audiência pública. Agradeceu as lideranças presentes por terem atendido o chamado e,

em seguida, determinou o andamento da audiência. Após, informou que aquela audiência pública tinha por objetivo levantar o debate e trazer mais elementos para a discussão a respeito das taxas e impostos que incidiam sobre as agroindústrias familiares. Comentou terem inclusive feito uma tentativa de apresentar um projeto na Assembleia Legislativa para a redução do ICMS, mas acrescentou que, atualmente, havia um conflito constitucional a respeito do papel do legislador, no sentido de saber se ele podia ou não mexer com tributos, ou se aquela era uma função específica do Executivo. Disse que a audiência tinha a expectativa de apontar um conjunto de políticas para a agroindústria familiar e que a ideia era construir renda para os Municípios e manter as famílias dos agricultores no meio rural. Comentou que dezessete Estados brasileiros já tinham uma legislação diferenciada para as pequenas unidades na área de agregação de valor e que Santa Catarina havia avançado muito nos últimos anos em termos de políticas públicas de comercialização e de compra de alimentos. Falou que o PAA estava se destacando em Santa Catarina e que, felizmente, houve o anúncio do Governador de que ainda em setembro iria acabar com a terceirização da alimentação escolar em quatro Regionais. Comentou que aquilo abria uma perspectiva muito concreta para novas unidades familiares, acrescentando que 100% da alimentação escolar de alguns Municípios já era comprada das pequenas unidades da agricultura familiar. Disse que o Estado tinha a política de incentivo do SC Rural e que era necessário abrir novas agroindústrias familiares e incentivá-las, sob pena de elas quebrarem por não poderem se sustentar. Frisou que aquele debate era fundamental e que esperava naquela tarde poderem apresentar ideias para construir um conjunto de propostas a serem levadas aos mais diversos espaços de debate, principalmente ao governo do Estado. Em seguida, passou a palavra ao senhor **Alexandre Bergamin, coordenador da Federação da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul)**, que saudou o Deputado Dirceu e, em seu nome, todas as lideranças e componentes da mesa. Comentou que já vinham promovendo aquele debate o ano inteiro na tentativa de fazerem a audiência pública, mas que por vários motivos ela havia sido adiada por diversas vezes, acrescentando que naquele momento, por se tratar de um período em que a Assembleia estava mobilizada em virtude das eleições, talvez não tivessem conseguido fazer a mobilização suficiente dos agricultores para o debate. Falou que nos últimos anos a pauta tinha se intensificado mais no tema com o governo do Estado, focando principalmente a questão do Suasa, que não havia deslanchado como imaginavam na época. Disse que tinham a visão de que teriam uma inspeção unificada e que o agricultor poderia comercializar no âmbito do Brasil. Citou os dezessete Estados que já praticavam a isenção do ICMS para os produtos do Programa de Aquisição de Alimentos e também para a alimentação escolar, acrescentando que em Santa Catarina ainda estavam travados. Comentou que em 2012 haviam dado atenção, principalmente, à jornada de lutas da agricultura familiar, promovendo uma ação em Brasília focada no MDA e no Mapa para tentarem avançar nos temas do Suasa, da inspeção, e de terem uma legislação diferenciada para a agricultura familiar. Em termos de Estado, disse terem feito uma mobilização em Florianópolis, em frente à Cidasc, para destravarem os processos que estavam parados. Comentou existirem processos para a legalização ou liberação da agroindústria, em Santa Catarina, aguardando liberação pela Cidasc havia mais de dois anos, citando como exemplo o caso do frigorífico de Coronel Martins, que vinha enfrentando um grande processo burocrático para sua legalização. Citou também o caso de Seara, onde a agroindústria local vinha enfrentando dois anos de processo e estava aguardando uma resposta da Cidasc para poder produzir e comercializar seus produtos. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato]

Afirmou que o processo do ano atual havia sido muito forte no sentido de se tentar destravá-lo para haver avanços no tema da Cidasc e buscar, junto à Secretaria da Agricultura, constituir uma iniciativa ou uma proposta do Executivo para se ter a diferenciação, principalmente quanto ao ICMS dos produtos. Disse que já havia sido feito um ensaio pelo diretor da Agricultura Familiar do Estado de como poderia funcionar aquela isenção, mas que a proposta não teve andamento, pois, segundo ele, o que havia de mais palpável era o projeto de lei encaminhado pela Deputada Luciana Carminatti e pelo Deputado Dirceu Dresch pedindo a isenção, cujo parecer da Secretaria de Estado da Agricultura havia sido favorável e, atualmente, aguardava parecer dos Deputados nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Explicou, ainda, que falava do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e da alimentação escolar, e não de uma política que pudesse beneficiar as agroindústrias familiares, que era o passo central a ter sequência. Tendo aquilo em vista, afirmou que se avançassem no PAA e na alimentação escolar, era preciso avançar também no sentido de todos os agricultores enquadrados em critérios a serem definidos terem a isenção daquele ICMS. Disse que o diretor de Agricultura Familiar sinalizava que havia uma possibilidade de, em vez de se tributar os 7%, 15%, enfim, os 17% em cima do total da venda, que fosse possível tributar apenas sobre o lucro que o agricultor teria sobre o produto vendido. Exemplificou que o custo da venda do quilo do salame era de R\$ 10,00 e a margem de lucro era de R\$ 3,00; então, disse que em vez de se tributar sobre os R\$ 10,00, seria tributado sobre os R\$ 3,00. Falou que a avaliação do diretor era de que aquele procedimento era o mais fácil, reiterando que não havia sido possível dar andamento à negociação, tendo a Secretaria de Agricultura que elaborar melhor a proposta. Pontuou que um dos problemas centrais do debate era a questão tributária e como que se poderia avançar para se ter uma política de diferenciação em relação à inspeção, destacando, nesse sentido, ser inadmissível uma empresa como a Cidasc ter problemas relacionados a profissionais, sendo que o próprio presidente da Cidasc teria dito que havia cento e poucas pessoas para serem contratadas, mas que o Estado não as contratava. Reiterou que o foco era, sim, a questão tributária e também o avanço numa política diferenciada para as agroindústrias familiares, incluindo então a questão fiscal, de inspeção e sanitária. Citou o exemplo do Estado do Rio Grande do Sul, dizendo que onde havia vontade política as coisas aconteciam, pois o Rio Grande do Sul havia voltado a implementar o selo do Sabor Gaúcho, criando o sistema de inspeção do Estado e dando uma condição melhor de as agroindústrias se estruturarem. Considerou que o Estado catarinense estava devendo aquilo para as cooperativas e para as pequenas agroindústrias que mostravam que, de fato, era possível construir uma agricultura diferenciada, afirmando que a questão tributária tinha, sim, um início, mas não uma sequência, sendo necessária a construção de uma legislação que pudesse atender a demanda e a necessidade das agroindústrias familiares. Adiante, disse que participava do grupo que estava discutindo o fim da terceirização da alimentação escolar e pensando na autogestão, informando que já se estava em procedimento de discutir os editais para o primeiro semestre do ano seguinte. Citou o fato de a Cidasc poder agilizar a legalização dos empreendimentos para que pudessem comercializar a alimentação escolar também no próximo ano. Por último, frisou que como encaminhamento era preciso forçar o Estado a assumir a pauta e a construir aquela política diferenciada. **O senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, registrou a presença do senhor Adelar Luís Daltoé, presidente da Cooperativa de Agroindústrias de Concórdia; do senhor Dilmar Elias Berna, da Cooperativa de Agroindústrias de Seara; e do professor Luís Alberto Notar, representando a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Pediu que todos que se manifestassem o fizessem por cerca de dez minutos e, em seguida, passou a palavra ao **senhor Altair Silva, Secretário da Agricultura de Chapecó, representando o senhor José Caramori, Prefeito de Chapecó**, que iniciou seu pronunciamento enaltecendo a iniciativa do Deputado Dirceu Dresch por ter trazido a discussão de um tema tão relevante e cumprimentando todos os presentes, especialmente os representantes de entidades. Disse que, recentemente, na condição de Secretário da Agricultura e com a participação da Cooperfamiliar, houve uma participação importante num quesito da tabela do PAA, a qual afetava a agricultura familiar. Explicou que a tabela vinha de cima para baixo, ou seja, editada pela Conab de Brasília, e que a maioria dos produtos era defasada. Acrescentou haver uma barreira na legislação que orientava que nos Municípios em que havia o PAA implantado, isto é, com a compra direta, fosse obedecida a tabela do PAA na compra dos alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A esse respeito, disse estar trabalhando com uma equipe do governo e das entidades que representavam o setor no sentido de encontrar uma saída, uma vez que a legislação estava vinculada a uma tabela extremamente defasada, trazendo prejuízos ao produtor, e ressaltou que no caso do PNAE o fornecimento tinha que ser por meio de organização de cooperativas. Nesse sentido, falou que se incorria em duas adversidades: uma era a tabela do PAA e outra era a tributação.

Aproveitou para informar que a Secretaria de Agricultura de Chapecó estava atuando junto ao mercado público e que naquela semana iria inaugurar a central do Compra Direta, instituída em conjunto com o governo federal. Continuando, falou que o projeto em tramitação na Alesc sobre o assunto sequer havia sido votado e que ele entendia que para gerar oportunidades para a agricultura familiar era preciso fazer uma mobilização muito forte para que Brasília criasse tabelas regionais do PAA, e não uma tabela nacional, acrescentando que os alimentos fornecidos pelo PNAE deviam ser isentos do ICMS para que as cooperativas pudessem competir e fornecer alimentos saudáveis e de qualidade, produzidos na região para a alimentação escolar dos Municípios e também do Estado. Disse que a Secretaria de Chapecó estabeleceu um desafio por meio da equipe de inspeção, estando na fase de auditoria, para implantarem a certificação do Sisb/Suasa. Avaliou ser possível vencer as barreiras impostas na legislação e no próprio modelo do sistema e ter a certificação ainda em 2012, justificando que a economia da região dependia muito de uma legislação específica para fazer o segmento competir e crescer cada vez mais. Encerrou agradecendo o Deputado Dirceu Dresch pela dedicação à causa e disse que, em nome do Prefeito de Chapecó, apoiava a iniciativa, entendendo que da audiência poderiam ser tiradas ações para, em conjunto, obterem uma legislação que estimulasse ainda mais a agricultura familiar. [Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini] Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor Genés da Fonseca Rosa, diretor-presidente da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Santa Catarina (Unicafes/SC)**, que, após os cumprimentos de praxe, disse que o tema que eles iriam discutir no dia em curso era muito importante e que, enquanto representante da Cooperativa da Agricultura Familiar, gostaria de discutir não só a isenção dos impostos para as cooperativas, mas também uma diferenciação nos impostos. Desse modo, explicou que atualmente uma cooperativa com trinta associados e outra com mais de mil associados pagavam a mesma tributação, acrescentando que com o reconhecimento da agricultura familiar se podia discutir a questão da diferenciação da tributação para as cooperativas. Prosseguindo, contou que eles haviam percorrido Santa Catarina e outros Estados e que não era diferente a dificuldade para as cooperativas de a agricultura familiar sobreviverem com a tributação existente. Reiterou que o assunto era importante e que achava que as cooperativas tinham muito a contribuir também na agricultura familiar, observando que havia muita dificuldade na legalização das cooperativas. Comentou o crescimento do número de cooperativas no Estado de Santa Catarina, avaliando que o número de cooperativas no Brasil era baixo se comparado a outros países mais desenvolvidos e opinando que tinham condições de ter muitas cooperativas em nível nacional. Prosseguindo, explicou que eles também representavam as cooperativas de crédito da agricultura familiar e que, por serem de crédito, eram monitoradas através das leis do Banco Central, sendo que as cooperativas de crédito estavam num patamar melhor que as cooperativas de produção, comercialização e outras devido às dificuldades de tributação e pelo reconhecimento do papel da sua cooperativa. Observou que através das cooperativas, atualmente, se estava constituindo as agroindústrias familiares, sendo o tema em discussão mais abrangente. Citando o exemplo do Rio Grande do Sul, que recentemente criou a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, disse que era importante começarem a discutir a criação de uma Secretaria em Santa Catarina para tratar de assuntos específicos das cooperativas e da agricultura familiar. Reiterou a importância do debate com representantes das cooperativas e das agroindústrias familiares, opinando ser aquele o caminho a ser seguido. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** agradeceu a participação do senhor Genés e registrou a presença do senhor Jurandi Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina (MDA), convidando-o para participar da mesa. A seguir, concedeu a palavra ao **senhor Osvaldir Dalbello, coordenador estadual do programa Gestão de Negócios e Mercado da Epagri**, que cumprimentou o Deputado Estadual Dirceu Dresch pela iniciativa e os demais presentes. Registrou que, como coordenador de um programa importantíssimo vinculado à questão das cooperativas e das agroindústrias familiares, trabalhava havia muito tempo no sentido de buscar uma alternativa, uma forma, um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar, incluindo nela o empreendimento. A seguir, informou que o Estado e a Epagri, através da Secretaria da Agricultura, haviam feito um levantamento da questão, afirmando que o documento estava ali e que em todo o Estado havia em torno de dois mil empreendimentos agroindustriais, quinientas organizações entre associações, condomínios e cooperativas, e quinientos empreendimentos de atividades não agrícolas. Acrescentou que os agricultores presentes nas organizações e nas agroindústrias passavam de vinte mil, mostrando a importância do trabalho que estava sendo feito na busca de alternativas para o agricultor apropriar renda. Continuando, enfatizou que ao longo daquele tempo sempre haviam sido favoráveis à desoneração de diversos tributos impostos à

agricultura familiar, afirmando acreditar que aquela era uma iniciativa interessante e muito importante. Indo além, disse que a Epagri, a Secretaria de Agricultura e demais entidades do Estado haviam trabalhado o SC Rural como um programa para fortalecer principalmente as organizações familiares, a agroindústria e as cooperativas, encarando essas últimas como uma forte organização a ser apoiada e estruturada para se tornar competitiva perante as demais no sentido de buscar o seu espaço no mercado. Quanto à desoneração, observou haver diversas taxas incidindo sobre o trabalho e o produto, complementando que, entre elas, algumas poderiam ser trabalhadas como um fator diferenciado de renda para as cooperativas, e mencionou também a legislação ambiental na questão da legalização ambiental dos empreendimentos. A seguir, explicou que um latifúndio de até 200 metros de área útil recebia apenas certificado ambiental e a taxa cobrada era de R\$ 57,00, enquanto que a partir de 201 metros de área útil ele recebia licenciamento ambiental, podendo chegar a seis mil metros quadrados. Desse modo, disse que pensavam em taxas intermediárias e sugeriu que buscassem a desoneração em outras áreas, não só na questão tributária como de ICMS, que era um dos itens em pauta. Disse acreditar que a cooperativa proporcionava a melhor condição para a agricultura familiar, no sentido de que ela não tirava a condição de segurado especial do agricultor que dela fazia parte, enquanto que a microempresa, além de individualizar, tirava a condição e fazia com que o produtor já começasse a contribuir com o INSS, como contribuinte individual, a partir do momento em que constituía a microempresa. Reiterou que eles deveriam trabalhar no sentido de fortalecer as organizações, tanto formais quanto informais, buscando a desoneração nas faixas possíveis de acontecer. Encerrando, colocou-se à disposição e desejou que dali saíssem encaminhamentos que auxiliassem a inclusão, pois achava que no momento em que abrissem os canais, tanto da desoneração quanto do fortalecimento das organizações, iriam incluir mais agricultores familiares. Ato contínuo, a palavra foi concedida à **senhora Diva Vani Deitos, presidenta da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco)**, que cumprimentou os presentes e disse que aquele era um momento histórico para a região, com uma audiência para tratar do problema das agroindústrias, comentando que antes elas eram uma alternativa, mas que, atualmente, haviam se tornado um problema. Registrou a importância daquele momento com a participação das universidades, dos movimentos sociais, das cooperativas, do MDA, do governo, da Epagri, dos agricultores e das agroindústrias que estavam na ponta e queriam discutir uma alternativa para o meio rural com um olhar diferenciado. Ressaltou que a região era um polo da agroindústria e que, atualmente, só dentro da Apaco havia em torno de duzentas agroindústrias, sendo que outras oitenta que estavam esperando a legalização, sem contar as que vinham da Epagri e de outras organizações que estavam em outra estratégia de agricultura familiar. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] afirmou que com aquela audiência esperavam avançar nas tratativas, já que existiam algumas coisas que não podiam aceitar, como a questão da inspeção, explicando que anteriormente tinham a inspeção e que, atualmente, cada um tinha que providenciar a sua, o que acarretava mais custos, principalmente para os que produziam derivados de leite e de carne, e afirmou que se não fossem tomadas providências muitas unidades seriam fechadas. Disse que existia uma luz no final do túnel, mas que aquilo não resolveria o problema, citando como exemplo o fato de estarem solicitando veterinários para atenderem as agroindústrias e de terem recebido o sinal de que seriam um ou dois veterinários, mas acrescentou saber que aquela situação seria por pouco tempo. Perguntou o que iriam fazer quando o SC Rural acabasse. afirmou que estavam enfrentando a luta com mobilizações e que tinham conquistado algum avanço, como ter a Cooper Pedra Branca liberada depois de dois anos, mas que quanto às demais solicitações teriam uma resposta no final da tarde daquele dia, fosse em relação aos rótulos que estavam aguardando definição, ou às agroindústrias que estavam para ser liberadas, ou aos terrenos. Comentou que naquele momento estavam participando daquela audiência com a intenção de construir uma pauta em conjunto, porque sozinhos não tinham como implementar uma lei que propusesse às pequenas agroindústrias familiares as alterações pretendidas, e que sabiam que aquela audiência servia de pressão para que conseguissem viabilizar o que pretendiam. Citou alguns problemas que estavam vivendo, como a privatização e as altas taxas de impostos que incidiam sobre as pequenas agroindústrias, que faziam com que fossem vistas como grandes agroindústrias, e reafirmou que eram pequenas agroindústrias familiares no meio rural que estavam tentando se colocar como uma alternativa, ressaltando que enquanto houvesse agricultores na ponta, estariam lutando. Finalizando sua manifestação, disse que seu desejo era escutar que em curto prazo teriam uma definição sobre se deveriam continuar ou não na atividade. Fez questão de salientar que todos sabiam o que aconteceria se aquelas agroindústrias parassem, explicando que as políticas do governo não se sustentariam sem as agroindústrias. Na sequência, a palavra foi passada ao **senhor**

Domingos Guimarães, gerente regional da Secretaria de Estado da Fazenda, em Chapecó, que cumprimentou os presentes e parabenizou a Comissão pela realização daquela audiência. Disse que atualmente a Secretaria da Fazenda, em função da legislação, trabalhava com três tipos de produtor rural, quais sejam, o produtor normal, o agroindustrial e o microempreendedor, mas que em função de a lei não ser totalmente esclarecida, não se sabia quem era o microempreendedor e o agroindustrial, isto é, quem podia fazer parte de uma ou de outra situação. Salientou que aquelas três atividades tinham alguns benefícios fiscais já determinados pela legislação, mas que eram poucos, e referindo-se ao ICMS afirmou que o microempreendedor ou o agroindustrial não tinham vantagem nenhuma se comparados a uma empresa estabelecida normalmente. Informou que o microempreendedor tinha a vantagem de poder transferir seus créditos de aquisição de ativos imobilizados para terceiros, uma regalia estabelecida em lei, e que o agroindustrial tinha como única vantagem usar a Nota Fiscal de Produtor, que estava normatizada para que os produtores rurais a emitissem quando da venda dos produtos primários da sua produção. Para clarear o que estava afirmando, exemplificou que um produtor normal não poderia vender salame e queijo porque a legislação não permitia, mas que se ele estivesse enquadrado como agroindústria, poderia usar a nota fiscal. afirmou serem aquelas obrigações acessórias que não traziam vantagem nenhuma para o produtor, ressaltando que deveria existir algo mais para diminuir os custos. Informou que a Secretaria da Fazenda estava à disposição para esclarecer qualquer dúvida, mas salientou que as dúvidas tinham que ser colocadas antes de o fato acontecer. Registrou que, como auditores fiscais, tinham a função de administrar a tributação estadual e fazer com que a legislação fosse cumprida, esclarecendo que não era a Fazenda estadual que estava deixando de dar algum benefício fiscal ao produtor, mas, sim, porque inexistia legislação que amparasse tais medidas. afirmou que ali se encontrava representando a Secretaria de Estado da Fazenda em Chapecó junto com o seu colega Cesar Coletti, já que os auditores fiscais em Santa Catarina atualmente trabalhavam por grupo setorial de especialização, sendo o senhor Coletti o coordenador estadual das agroindústrias, e concluiu sua manifestação colocando-se à disposição de todos para esclarecer qualquer dúvida. Retomando a palavra, o **senhor Presidente** agradeceu a manifestação do senhor Domingues e, aproveitando a oportunidade, agradeceu também à equipe de servidores da Alesc que ali se encontrava pelo trabalho que desenvolviam para que as audiências tivessem pleno êxito. Lembrou aos presentes que aqueles que desejassem se manifestar poderiam se inscrever com os assessores da Comissão que estavam circulando pelo plenário. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Jurandi Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina**, que cumprimentou o Deputado Dirceu Dresch e a Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa pela iniciativa de colocar em debate aquela temática, saudou os demais presentes e pediu desculpas pelo atraso, dizendo que apesar de ter saído cedo naquela manhã de Florianópolis, o caminho até Chapecó era bastante longo. Dirigindo-se às agricultoras, aos agricultores e aos técnicos presentes, disse que ali se encontravam pessoas que tinham uma história de fomento e de entrega à causa da agricultura familiar rural no Estado, e que aquela região era referência para todo o País em função não só do que havia sido construído pela tradição da sua cultura, da sua população, mas também pela sistematização de conhecimento que foi sendo gerado a partir das experiências iniciadas nas cozinhas das avós e das mães, explicando que de lá saía todo o caldo cultural da produção da agroindústria familiar. Salientou que o Estado de Santa Catarina poderia romper aquela situação atual de estrangulamento enfrentada pelas pequenas unidades e passar para um patamar que realmente servisse de ponte para a viabilidade econômica e de sustentabilidade daquelas experiências em função do mercado institucional, mas fez questão de afirmar que existia um mercado para além do Estado. Exemplificando a questão do mercado institucional, disse que o governo federal com seus inúmeros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, bancava o ICMS, já que a Conab comprava do agricultor e absorvia para si o custo do imposto. Referindo-se à alimentação escolar, afirmou existir um mercado importantíssimo para os produtos feitos por eles, que eram os derivados da carne e do leite, e que uma rede bem articulada de comercialização poderia ser a grande diferença para viabilizar aquelas experiências. Disse acreditar que era uma questão de mercado cativo da agricultura familiar, mercado esse que precisava receber um olhar diferenciado e ter uma tomada de decisão rápida do ponto de vista de garantir as oportunidades. Considerou importante anunciar que estava no MDA uma proposta bem fundamentada de mudança na legislação previdenciária para permitir que as pequenas agroindústrias mantivessem as pessoas como seguradas especiais do INSS, e informou que a Presidenta Dilma havia determinado o prazo de quarenta dias, a partir do lançamento do Plano Safra, para que aquela proposta chegasse à Casa Civil. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] afirmou que aquela proposta já estava

bem formatada e que deveriam criar condições políticas de articulação do setor para que acontecesse uma legislação própria da previdência dando alguma garantia aos agricultores. Continuando, falou que além da previdência havia a questão de IPI, PIS e Cofins e que, por não serem da área técnica, deveriam ter cuidado para não incorrer em erro e construir armadilhas na legislação, o que poderia acabar tendo efeito contrário. Quanto à questão da isenção do ICMS, disse que não se tratava de isenção, mas, sim, de permitir que a pequena agroindústria tivesse condições de ter seus créditos tramitando em conformidade e não como um caso especial. Continuando, contou ter trabalhado em Blumenau e que lá, enquanto as agroindústrias não se organizaram em cooperativas, elas comercializaram seus produtos com nota do produtor rural, acrescentando que aquilo dava zero de crédito no ICMS e que todos os insumos consumidos pelo agricultor, tais como tampas, vidros e outros, morriam ali e não eram repassados na cadeia de crédito do ICMS para a próxima etapa da comercialização. Explicou que aquilo significava que quem comprava do agricultor tinha que desembolsar 100% do imposto em moeda, tinha que pagar. Desse modo, frisou que não era a isenção do ICMS que queriam e, sim, que o crédito pudesse passar adiante. Reiterou a necessidade de uma legislação própria para aquela área, acrescentando que os conselhos profissionais sobrecarregavam de forma exagerada os empreendedores da área rural, tais como veterinários, o Crea, o Conselho de Química, o Inmetro e outros. Reportando-se à fala do Secretário da Fazenda quanto à avaliação da base legal, sugeriu, como fruto da audiência, a formação de um grupo de trabalho enxuto que estudasse o que havia na base legal atualmente, as contradições, os problemas e as limitações colocadas pelo marco legal, diagnosticando e apontando caminhos para o Estado e para a legislação federal. Finalizou colocando-se à disposição. Fazendo o uso da palavra, a **senhora Inês Claudete Burg, da Universidade Federal da Fronteira Sul, representando o Vice-Reitor Antônio Inácio Andrioli**, após cumprimentar os presentes, reafirmou o papel da Universidade Federal da Fronteira Sul de formar engenheiros agrônomos com perfil para trabalharem com agricultura familiar e agroindústria familiar, mencionando também o curso de Administração com ênfase em Cooperativismo, que atenderia todas as problemáticas levantadas naquela audiência. Reforçou sua preocupação quanto à Universidade não ficar no esquecimento, afirmando que cada um deles tinha responsabilidades enquanto docentes e que o grupo que estava ali presente deveria demandar para a Universidade suas questões, para que ela pudesse fazer pesquisas referentes ao assunto com profissionais formados naquela área. Continuando, reportou-se à fala do senhor Jurandi com relação à clareza da legislação e também quanto a se fazer um estudo sobre a viabilidade da tributação, dando mais ênfase à qualidade dos produtos que estavam sendo colocados no mercado. Prosseguindo, disse que falava como engenheira agrônoma que há muito tempo trabalhou com extensão rural e esteve envolvida na problemática das agroindústrias familiares, tendo percebido que uma pequena agroindústria, mesmo não estando exatamente na dimensão colocada pela legislação e não tendo apresentado todos os itens que eram exigidos, tinha, sim, condições de fornecer um produto de qualidade. Opinou que a viabilidade sanitária e a qualidade dos produtos oriundos dos empreendimentos familiares eram funções da Pesquisa e Extensão da Universidade, assim como estabelecer as parcerias necessárias com as organizações presentes naquela audiência, tais como Epagri, organizações dos agricultores familiares, Udesc, Unochapecó e outras. Desse modo, reiterou que uma das demandas para as universidades era pensar em projetos para ajudar a resolver as problemáticas questionadas pelos participantes daquela audiência. Finalizando, disse que existia também a demanda daqueles produtos para os mercados institucionais e que as universidades poderiam estar assimilando uma série de produtos oriundos da agricultura familiar nos seus restaurantes, por exemplo. Na sequência, a palavra foi concedida ao **senhor César Coletti, auditor fiscal e coordenador do Grupo de especialista do setor da agroindústria, representando a Secretaria da Fazenda do Estado**, que, após os cumprimentos de praxe, falou que trabalhava em Chapecó e que apresentaria algumas situações extremamente técnicas, explicando que não tinha uma visão geral do problema da agroindústria do modo como estava sendo colocado naquele momento. Informou que era a primeira vez que participava de uma reunião como aquela e que o setor dele era mais ligado às empresas e às pessoas jurídicas. Continuando, disse ter percebido ali que existiam cooperativas de agroindústrias familiares e que ele imaginava aquelas cooperativas como pessoas jurídicas, com CNPJ e inscrição estadual, explicando que, dessa forma, elas tinham as mesmas condições das demais agroindústrias, isto é, benefícios fiscais, possibilidade de utilização de créditos e créditos presumidos, entre outros. Complementou que o setor agroindustrial, atualmente, representava algo na faixa de 12% a 15% do PIB do Estado e que arrecadação estadual do ICMS daquele setor não chegava a 1,2% do total do ICMS arrecadado no Estado. Afirmou que o setor da agroindústria já era muito privilegiado em termos de benefícios fiscais, observando ter a impressão de que, em termos tributários, quase dava

prejuízo para o Estado devido à baixa arrecadação do setor. Prosseguindo, sugeriu que imaginassem a situação do queijo com uma tributação de 1,2%, sendo prato ou muçarela, explicando que a tributação era de 7% por serem queijos que faziam parte da cesta básica, tendo benefícios fiscais que não apareciam naquela tributação e que, no final, nenhum deles pagava 7%, complementado haver situações em que a tributação efetiva chegava a 1% e que em outras era zero, não pagava nada. Indo além, disse não acreditar que a questão tributária da agroindústria tivesse tanta gravidade, por ser muito baixa se comparada a outros setores da economia. Destacou que, na condição de técnico, achava importante definir o que era agroindústria familiar, o que podia fazer, qual tamanho precisava ter para ser considerada familiar e se poderia ser em nome de pessoa física ou jurídica. Informou que, se fosse uma cooperativa, ela teria todos os benefícios das demais empresas e a tributação seria baixíssima. Indo além, disse que se falassem em isenção para agroindústria pessoa jurídica teriam decepções, justificando que o resultado prático seria insignificante e reiterando que o foco daquele problema não era a tributação. [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa] Com relação à agroindústria familiar, disse que a primeira questão era definir exatamente agroindústria familiar para depois pensar em isenção total para as agroindústrias, frisando que não traria grandes benefícios em relação à pessoa jurídica porque a tributação das pessoas jurídicas do setor agroindustrial era baixa. Lembrou a época da microempresa estadual em Santa Catarina, na qual a atividade da agroindústria familiar era isenta de ICMS até maio de 2000; que após essa data o Simples Nacional tinha entrado em vigor e a lei estadual tinha sido revogada; e que a isenção para a agroindústria familiar era um parágrafo que estava embutido na Lei do Simples, parágrafo esse que dizia que às agroindústrias familiares se aplicava a mesma legislação das empresas do Simples, ou seja, total isenção. Relatou que, a partir do ano 2000, as agroindústrias familiares pessoas físicas passaram a ser tributadas sem a possibilidade de utilização de créditos presumidos, sendo que a possibilidade de transferência passou a ser dificultada porque dependia da comprovação por parte do agricultor da existência de créditos, e que, além disso, os agricultores tinham que pedir autorização para transferir esses créditos para terceiros. Avisou, novamente, que benefício fiscal para agroindústria pessoa jurídica não seria significativo porque a tributação das agroindústrias era baixa e disse que não visualizava um grande diferencial, afirmando que para as agroindústrias pessoas físicas era necessário definir os critérios para a agroindústria familiar, para depois se discutir isenção. Concluindo, pediu que não se entusiasmassem muito em relação ao benefício fiscal e à isenção, porque não seria muito alto. A seguir, foi concedida a palavra à **senhora Sandra Bergamin, presidente da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) de Chapecó e Região**, que cumprimentou todos e disse da importância de se ter uma legislação que valorizasse e reconhecesse o esforço dos agricultores familiares do Estado na construção de alternativas para permanecerem na agricultura, gerando renda e emprego. Nesse sentido, opinou que o debate deveria ir além do que simplesmente discutir a viabilidade ou não da importância da legislação e que precisavam discutir de que forma poderiam construir elementos para fazer com que uma nova legislação fosse criada no Estado, que valorizasse e diferenciase o setor. Afirmou que todos sabiam que as fazendas tinham enquadramento, criticando que tal enquadramento não diferenciava os agricultores familiares; que se discutissem não somente o ICMS, mas a forma como os agricultores e as agroindústrias familiares eram tratados e enquadrados na legislação estadual, não havia diferenciação nenhuma; que existia crédito de ICMS em alguns setores, mas a tributação era clara para todos; e que não podiam aceitar que os desiguais fossem tratados como uma Sadia, uma Aurora, porque a forma de trabalho, a geração de emprego e o processo de comercialização eram diferenciados. Após ter feito tais considerações, salientou que a Cooperativa queria discutir uma legislação diferenciada para as mais de 33 mil famílias que trabalhavam no processo de industrialização e comercialização dos produtos, sugerindo a criação de um grupo de trabalho que fizesse o levantamento da atual legislação para, posteriormente, construir uma legislação diferenciada, a exemplo da Lei 10.610, que dispunha sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina e adotava outras providências. Reforçou a necessidade de se ter uma nova legislação que valorizasse, que diferenciase e que isentasse, como forma de incentivo às famílias. Abordou, então, a questão da Cidasc, dizendo que precisavam de um órgão público estadual porque a forma como a Cidasc vinha tratando os agricultores familiares não condizia com uma entidade pública, mas com uma entidade privatizada. Analisou que se pegassem somente a questão do ICMS não era muito, mas que se pegassem todas as taxas que as agroindústrias pagavam e a forma de tratamento, muitas vezes era mais vantajoso ser um microempreendedor do que continuar sendo um agricultor familiar. Contou que a Cooperativa estava discutindo com a

Secretaria de Educação e com a Secretaria de Agricultura de Chapecó sobre alguns Estados isentarem o ICMS dos produtos comercializados na alimentação escolar, dizendo que Santa Catarina não trabalhava com tal isenção, e pontuou a importância de o Estado aprovar o Projeto de Lei nº 5.785/2011, que instituía a isenção do ICMS no Estado para os produtos comercializados na alimentação escolar, avançando, assim, no processo de democratização e de diferenciação do tratamento dos agricultores familiares. Após, fez uso da palavra o **senhor Túlio César Dassi, representando a Epagri de Joaçaba**, que parabenizou a iniciativa daquela audiência pública e cumprimentou todos. De imediato, fez colocações a respeito de alguns pontos levantados na discussão. Primeiramente, a respeito da política completa de reconhecimento e benefício da agroindústria familiar, concordando com o senhor Gugel no sentido de que deveria ser formado um grupo de trabalho. Em seguida, colocou alguns pontos que acreditava serem emergenciais, como a agilidade nos processos junto à Fatma e à Cidasc; como o enquadramento da Fatma sobre área útil, dizendo que existiam agroindústrias que tinham cem metros de estacionamento que entravam como área útil, e que se fosse trocado de área útil para área construída uma série de agroindústrias seria beneficiada; e sobre o foco da fiscalização dos produtos de origem animal estar na inspeção e fiscalização do processo. [Taquígrafa-Revisora: *Sabrina Schmitz*] Destacou que era preciso fiscalizar o produto final, se não estava contaminado, se estava em boas condições, e que não era preciso ter três veterinários, dos quais um era o assistente técnico, um fazia a inspeção e outro a fiscalização, uma vez que era suficiente ter um assistente técnico e ter uma fiscalização do produto final para resolver o problema. O **senhor José Martins dos Santos, da Unochapecó**, cumprimentou as autoridades da mesa, os agricultores presentes e os seus colegas professores da Unochapecó, informando ter se formado em Economia do Desenvolvimento na PUC do Rio Grande do Sul. Dirigindo-se ao Deputado Dirceu e aos seus colegas, contou ter recentemente feito um estudo de viabilidade para uma agroindústria de leite naquela região, tendo constatado três fatores, que passou a descrever. Falou que o primeiro dos fatores havia sido a logística de transporte da agroindústria, dizendo que não existia um processo eficiente, o que acabava por encarecer os custos de produção; o segundo fator era que não existia escala de produção, sendo baixa em relação aos custos médios e que, portanto, o resultado do ponto de vista de fluxo de caixa que viabilizasse lucro econômico ou normal era praticamente inexistente; e levantou como terceiro fator a tributação. Reportando-se ao representante da Secretaria da Fazenda, disse que a tributação representava aproximadamente 6% e concluiu que ela era alta em relação à escala de produção, o que o fez refletir se o mais lógico seria aumentar a escala de produção ou reduzir a carga tributária, acrescentando que as duas reflexões estavam corretas. Nesse sentido, esclareceu que o plano de viabilidade econômica consistia em investir nos dois aspectos, aumentar a escala de produção e reduzir os custos de produção via gestão, sem negar a importância da carga tributária sobre o processo. Acrescentou que o valor da tributação com relação a uma alta escala de produção ficava baixo porque os custos médios ficavam reduzidos, mas chamou a atenção para o fato de que, com relação ao estudo da agroindústria de leite citado inicialmente, a carga tributária se tornava extremamente elevada, levando aquela agroindústria a precisar de apoio. Reiterou, com isso, a importância de não se negar a carga tributária para reduzir os custos de produção, e incentivou um plano de viabilidade econômica nas agroindústrias. Prosseguindo, disse concordar com as falas referentes à fiscalização e inspeção, observando que havia um problema real de origem na liberalização e na inspeção no sentido de como viabilizar efetivamente aquela inspeção para que a produção alcançasse o nível desejado. Ante o exposto, avaliou que se o agricultor tivesse que alocar valor para viabilizar o tentame, o empreendimento não seria viável, frisando, entretanto, que ele se tornaria viável se houvesse um recurso disponível, tornando possível o desenvolvimento rural na agricultura, e ressaltou que aquilo seria importante para o governo e para as organizações. Comentou que o Estado de Santa Catarina tinha uma vocação extraordinária do ponto de vista das cooperativas e do aumento de renda média para a agricultura familiar e reiterou a importância da tributação para viabilizar as agroindústrias. Finalizando, colocou a Universidade à disposição e informou que havia núcleos de pesquisa que estudavam uma série de temas, entre eles a agricultura familiar. Fazendo uso da palavra, o **senhor Affonso Augusto Bulcão Flach, do Departamento Administrativo da Coopertec**, inicialmente comentou ser um privilégio participar daquele debate e revelou que havia anos trabalhava com a questão da agroindústria. Disse que o produtor rural brasileiro era visto em toda a estrutura estadual, municipal e federal como produzindo matéria-prima bruta diferenciada e de baixo custo. Saliu que, quando se falava em agroindústria, havia restrições de ordem sanitária, fiscal, tributária, previdenciária, e assim por diante. Contou ter participado havia pouco tempo de um debate com o senhor Arnoldo Campos, do MDA, que mencionou haver mais restrição no Brasil para se produzir alimentos

industrializados do que para se fabricar medicamentos controlados regulados pela Anvisa, afirmando haver uma restrição muito forte com relação àquela produção até pelo bloqueio de novos competidores pelas grandes agroindústrias. Recordou que num debate o ex-presidente da Cidasc, órgão de fiscalização sanitária do Estado, colocou que preferia Santa Catarina com seis ou dez mil agroindústrias a depender de duas ou três agroindústrias. Disse que aquele debate ocorreu havia dez anos e pouco se tinha avançado em relação às barreiras e ao pleno desenvolvimento da agroindústria. Ressaltou que nos outros Estados houve avanço da legislação no sentido de criar fundos com 80% de subsídios, jornadas de trabalho, mês de comercialização para agricultura familiar, complementando também ter havido a questão de o Estado privilegiar as compras da agroindústria familiar e da própria economia solidária, além da isenção do ICMS para o Pnae e o PAA, e a criação de Secretaria específica para atender o cooperativismo e a agroindústria familiar. Informou, ainda, que outros Estados criaram um serviço unificado de vários órgãos, em que todos sentavam e discutiam as questões previdenciária, fiscal, tributária e ambiental. Levantou outro ponto referente aos impostos sobre os alimentos ou sobre os regressivos, dizendo que para o mais pobre, pelo fato de ter um salário menor, o alimento pesava muito no bolso porque pagava mais imposto, frisando que aquele imposto tinha que ter um tratamento diferenciado para os mais pobres. Com relação à energia elétrica, declarou que era preciso uma tarifa energética diferenciada para o setor rural e para as agroindústrias instaladas no campo, haja vista que os pequenos não poderiam pagar o mesmo valor que pagavam os grandes complexos agroindustriais. Declarou que os agricultores gostariam de ter uma política descentralizada de emprego e de manutenção da juventude no meio rural. Revelou que há quinze anos receberam um grupo originário da região da Bretanha, na França, e que um agricultor que tinha uma agroindústria de leite biológico colocou que a legislação francesa era específica para os agricultores familiares, diferenciando o grande do pequeno. Ressaltou que a França era reconhecida como padrão de escala internacional na qualidade de alimentos, no bem viver, no bem produzir, e que aquilo servia para toda a União Europeia. Disse que no Brasil havia uma legislação que criava o selo Sabor Colonial como referência de padrões de escala, e que dava ênfase aos procedimentos e não à estrutura. Explicou que no Brasil uma agroindústria teria que ter de 200 metros a 300 metros quadrados de área para ser considerada efetivamente de qualidade, mas salientou que o processamento era que deveria ser controlado para avaliar a qualidade da empresa. Disse que a legislação no Brasil era igual tanto para o pequeno produtor como para o grande porque ela era nivelada por cima. Diante do exposto, avaliou que o Brasil precisava criar uma legislação própria para todo o território brasileiro. Sugeriu que Santa Catarina poderia, juntamente com Brasília, avançar no sentido de criar uma política unificada de serviços e de estrutura para os pequenos empreendimentos. Recordou a grande crise das agroindústrias que afetou o preço do milho e da soja e disse que os produtores integrados à cadeia agroindustrial estavam diminuindo ano a ano, pois não podiam mais ter um aviário ou uma criação de suínos. [Taquígrafa-Revisora: *Ana Rita Moriconi de Souza*] Falou que as oportunidades para eles empreenderem ou para eles desenvolverem a produção estavam sendo restritas, afirmando que o Estado deveria apoiar os agricultores naquele sentido, criando uma política adequada para o segmento. A seguir, a palavra foi passada ao **senhor Clovis Dorigon, engenheiro agrônomo e pesquisador do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf)**, que disse que o setor das agroindústrias estava, cada vez mais, ganhando espaço e importância, e que por esse motivo estava chamando a atenção para os problemas que precisavam ser resolvidos. Falou que deveria ser criada uma política específica para o setor artesanal, pois a maioria dos dados e estudos apresentados referia-se ao setor industrial, dizendo que, quando uma pessoa falava em produção artesanal, estava comentando acerca de um processo que valorizava mais a qualidade do produto, não tendo este produto condições de competir em nível de escala industrial. Finalizando sua fala, pediu que fosse discutida uma política específica para o setor do artesanato. Ato contínuo, falou o **senhor Gelso Marchioro, assessor técnico da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco)**, primeiro, salientou que o Estado de Santa Catarina fora pioneiro ao criar a melhor legislação do Brasil em 1996, a Lei Estadual 10.610, de inspeção de produtos de origem animal e vegetal, dizendo que aquela Lei já era ultrapassada, pois ainda discutia os padrões existentes há quinze anos. Disse que outros Estados do País estavam avançando naquele tipo de legislação, propondo novas políticas públicas que norteassem o setor. Falou que não existiam nem dez mil famílias que viviam da transformação de produtos artesanais de qualidade diferenciada, afirmando que o número de famílias que trabalhava naquele setor havia diminuído muito. Comentou que as garantias de que aquelas agroindústrias se manteriam no mercado em longo prazo não existiam, dizendo que o principal problema estava na garantia do serviço de inspeção sanitária, um serviço público. Disse que a terceirização da inspeção sanitária era uma forma de exclusão e que

inúmeras vezes discutira o Suasa, que não saíra e que era apenas uma possibilidade, afirmando que a tendência era a piora da situação, pedindo que o Estado cumprisse o seu papel no caso da Cidasc. Comentou que diversos companheiros da Epagri faziam pesquisas de extensão e coordenavam projetos, colocando recursos em projetos sem haver nenhuma garantia de continuidade do processo, pois não havia garantias de que o serviço de inspeção sanitária continuaria. Em relação à questão da tributação do ICMS, disse que era de 7% a 10%, podendo ser resolvido pela escala de produção, pois esta descaracterizaria os agricultores. Contou que dava aula na universidade, ministrando um curso que habilitava os filhos de agricultores a continuarem na cadeia produtiva, citando que notava o desânimo daqueles alunos, pois não existia um formato jurídico adequado a eles, a cooperativa não servia e não havia o retorno do ICMS. Disse que o aumento da escala, tanto para quem trabalhava no setor agroindustrial de pequenas indústrias quanto para quem trabalhava na produção de matéria prima, descaracterizaria todos, gerando a necessidade de contratar funcionários e aumentar a produção e ocasionando dificuldades na gestão. Falou que assim passava a ter importância o valor do ICMS, pois as cooperativas vendiam majoritariamente para as ME e para as feiras, não havendo assim o retorno do ICMS àqueles agricultores. Prosseguindo, o **senhor Vilson Marcos Testa, representando o senhor Nelson Cortina, gerente do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar da Epagri/Chapecó** disse que o principal objetivo daquela audiência era fazer a inclusão e fazer uma política de rendas para quem estava no meio rural, à margem de outros produtores. Dividiu a agricultura familiar em três grandes grupos, o que produzia matéria prima para as agroindústrias convencionais, e os outros dois grupos que poderiam agregar valores, como valores convencionais, que precisavam de escala, pois não adiantava construir uma pequena Sadia para produzir o mesmo produto que a Sadia produzia. Disse que se o produtor quisesse produzir um produto convencional igual ao da Sadia, deveria fazer isso em grande escala, caso contrário não seria competitivo, pois precisaria de muitas isenções e de muitas diferenciações para poder sobrar dinheiro e gerar renda. Falou que o terceiro caminho seria a diferenciação, destacando a produção artesanal e a colonial. Retomou a questão do Suasa, dizendo que o Suasa seria a última coisa na qual acreditaria para a produção artesanal e colonial se viabilizar, pois aquele era um sistema unificado. Disse que participara de uma audiência pública realizada na Epagri e que lá o Deputado Estadual Moacir Sopelsa lhe falara que a única coisa que aconteceria com o Suasa seria a transferência de responsabilidade e de custos para os Estados e Municípios, que arcaíam com a inspeção sanitária. Afirmou que o critério de inspeção seria nivelado por cima, a partir da produção internacional em grande escala convencional, e que assim não atenderia às pequenas indústrias. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Disse que muitos proprietários de pequenas indústrias tinham esperança de comercializar dentro do Estado e em outros Estados, e que talvez até tivessem conseguido, mas apenas os que estavam dentro do Estado. Brincou que pagava uma caixa de cervejas para quem botasse uma indústria com o Suasa, que fosse diferente do CIF e que viabilizasse a produção animal e de derivados sem ser uma produção artesanal ou colonial, excluindo aqueles que já existiam quando o Suasa foi criado, referindo-se a novas entrâncias. Disse que queria mostrar com aquilo que aquele sistema havia criado uma camisa de força para quem estava dentro, não permitindo novas entrâncias e não permitindo diferenciação na produção artesanal, colonial, agroecológica ou qualquer outra. Comentou que deveriam pensar em qual política de inclusão e renda queriam para o meio rural, que eixos e diretrizes ela teria, afirmando que se queriam aqueles eixos e diretrizes precisariam ter um sistema diferenciado de cima a baixo, e que aquilo teria implicação nacional da produção diferenciada, acrescentando que um convencional que todo consumidor soubesse seria o convencional clássico. Observou que o queijo muçarela tinha um padrão no mundo inteiro, enquanto com outro queijo que tinha produção por tradição, por apelo geográfico, histórico, modo de fazer, a produção era diferenciada e tinha que seguir o sistema diferenciado, não podendo ser incluído no sistema unificado. Acrescentou que o consumidor era o grande determinante daquilo que deveria ou não consumir, uma vez que sabia claramente qual era o processo de produção utilizado, quais ingredientes seriam colocados, como era feito o produto e no que aquilo implicaria. No seu entendimento, disse que aquela era uma questão chave para fazer uma política de rendas, argumentando que, em síntese, era o que queriam ali. Dentro do eixo convencional de agregação de valor, disse que era preciso, sim, escalas, utilizando como exemplo uma pessoa que aplicava R\$ 50 mil na bolsa e pagava 20% de imposto sobre o lucro, enquanto o Eike Batista, se tivesse R\$ 2 bilhões e 800 mil de lucro, iria pagar os mesmos 20%, e assim era no imposto de renda e em outra série de impostos. Referiu-se ao representante da Secretaria quando comentou que o ICMS representava pouco, sendo 1% no Estado, e concordou com ele. Em seguida, lembrou que o senhor Gelson havia falado que eles recolhiam 6% ou 7%

e não conseguiam creditar nem transferir, e chegou à conclusão de que os menores pagavam pelos maiores, e pagavam mais que os maiores. Considerou a cadeia invertida, porque era um tratamento ultrasdesigual para aqueles que já eram desiguais, afirmando que ela deveria ser progressiva e não regressiva. Continuando, disse que os conselhos regionais de profissionais colocavam uma agroindústria e que devia haver uma lei específica a ser escolhida. Na sequência, fez uso da palavra a **senhora Neusa Bergamin, coordenadora da Agroindústria Familiar Bergamin**, que cumprimentou todos e, referindo-se à Agroindústria Bergamin, disse que tiveram a ajuda dos agricultores e das entidades que estavam presentes para a construção da agroindústria. Considerou muito importante os agricultores e agricultoras tomarem aquela iniciativa naquela comunidade no interior de Cordilheira Alta, um Município muito pequeno. Disse que o senhor Lorenzetti, da Epagri, que estava presente, também tinha participado desde o começo, ajudando o pessoal das entidades, e afirmou que pagaram impostos, sim, e bastante. Falou que o imposto do pão era de 7%, mas que nos derivados como bolachas, biscoitos e doces eram pagos 17%, e que aquilo era bastante para eles. Disse que estavam servindo para a Secretaria de Educação de Chapecó uns salgadinhos e doces e iriam recolher 17% de impostos, e que na próxima quarta-feira, quando saísse a nota, já constariam os 17% de impostos que eles iriam pagar. Considerou que se fossem entregues R\$ 5 mil ou R\$ 6 mil em lanches, iriam pagar R\$ 1.000,00 ou R\$ 1.200,00 de impostos, informando que tinham crédito da matéria-prima que compravam, mas que aquilo não determinava que iria diminuir. Quanto à alta escala, falou que se produzissem uma alta escala teriam um limite, porque a agroindústria era familiar e eles não queriam contratar mão de obra de fora. Afirmou que tinham dez pessoas trabalhando na agroindústria mais suas famílias, e que havia jovens trabalhando com eles que estariam na cidade disputando emprego com outros jovens, mas que estavam lá trabalhando na agroindústria. Frisou que coordenava os trabalhos com sua sobrinha, mas que também ajudava a produzir, acrescentando que eles não tinham um escritório com apenas uma pessoa no controle, mas que todos ajudavam em tudo. Frisou que o produto da agricultura familiar era diferenciado e que por tal motivo nunca poderia perder o controle de produção, explicando que se produzissem em alta escala não iriam controlar a produção, acarretando a queda da qualidade do produto, que era o diferencial. Quanto à escala de produção, falou que ela deveria ter um limite, porque senão a produção encareceria e teria de haver mais contratação de mão de obra, teriam que assinar carteira de trabalho para os funcionários, teriam leis previdenciárias para cumprir, ressaltando que não era isso o que eles queriam na agricultura familiar, mas, sim, diminuir os impostos, porque 17% era bastante para a merenda escolar. Disse que o valor do PAA era irrisório, que pagava praticamente a produção e que iriam discutir o preço de custo do PAA com a Conab para aliviar o ICMS federal, argumentando que mesmo assim não cobriria o custo de produção. Solicitou a diminuição de impostos para que a agroindústria familiar não precisasse produzir em alta escala, não tivesse que contratar mão de obra diferenciada da família, acarretando mais custos. Registrou que o Deputado Dirceu estava junto com eles na luta, acrescentando que o desejo deles era que o governo diminuísse um pouco o ICMS para continuarem trabalhando na agricultura familiar. Prosseguindo, o **senhor Antônio Luiz Schnorr, presidente da Cooperativa Familiar de Pinhalzinho**, cumprimentou todos e disse que tinham quinze agroindústrias familiares de diversas áreas ligadas à cooperativa de Pinhalzinho. Falou que se o ICMS não representava muito para o Estado ficava fácil isentar e que para as agroindústrias familiares ele tinha sido um peso na venda do produto, porque eles tinham várias agroindústrias que não podiam ser comparadas com a Parati de São Miguel do Oeste, alegando que eram realidades completamente diferentes. Explicou que os impostos que ambas pagavam eram iguais, mas a condição de trabalho e estrutura eram diferentes, acrescentando que a legislação deveria ser diferenciada para as agroindústrias familiares. Disse que poderiam isentar as agroindústrias, já que viam muitas empresas se instalando no Município e sendo isentadas de impostos por dez ou quinze anos. Considerou que a agricultura familiar não precisava de políticos discursando sobre a sua importância para o Estado, mas de condições para trabalhar e continuar produzindo. Disse ainda haver muitos serviços dentro da legislação que lhes eram exigidos, citando os produtos de origem animal que precisavam de responsabilidade técnica, serviço de inspeção sanitária, todas as licenças, serviços prestados, porque era formal e precisava de contador, precisava de um rótulo que estivesse dentro da legislação, de um profissional para criar o rótulo, de análise de produto, de análise mensal de água, enfim, de uma série de produtos e serviços com custo. Disse crer que eles estavam numa encruzilhada e que precisavam que houvesse alternativas com as agroindústrias, voltando ao informal. Afirmou que eles queriam todas as condições para que as agroindústrias pudessem ter o produto no mercado, deixando claro que ninguém queria perder aquilo e que era preciso criar condições que realmente possibilitassem

a agricultura, tendo em vista que o consumidor gostava dos produtos diferenciados das agroindústrias familiares. Informou que em Chapecó havia dez pontos de feira e que o Secretário de Agricultura sabia daquilo, afirmando que os produtos que giravam naqueles pontos eram diretos e fresquinhos, da agricultura familiar. [Taquígrafa-Revisora: *Ione Terezinha Reis de Melo*] Retomando a palavra, o **senhor Presidente** falou que gostaria de esclarecer algumas questões, dentre elas que a presente audiência pública estava se realizando somente naquela oportunidade tendo em vista que não tinham conseguido aprová-la através da Comissão de Agricultura, sendo então aprovada na Comissão de Economia, mas que, ainda assim, tinha havido problema de data porque a Alesc estava com calendário especial em virtude da campanha eleitoral. Disse ainda que em função da campanha eleitoral havia um número bastante reduzido de Prefeitos e Deputados no evento, mas, em contrapartida, um grande número de lideranças. Após, sugeriu que as propostas e ideias levantadas durante a reunião fossem colocadas num documento que depois poderia ser trabalhado nos mais diversos espaços, citando como exemplo a proposta de um grupo de trabalho permanente, o qual representaria o pensamento do Estado, dos agricultores, da Universidade e de outros setores que estavam trabalhando com aquele tema. Ato contínuo, passou a palavra à **senhora Diva Vani Deitos, presidente da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco)**, que lamentou a ausência do Secretário da Agricultura e de outras autoridades que tinham o poder de decisão, sugerindo que fossem tiradas fotos do recinto para mostrar que lá estava presente um grande número de pessoas insatisfeitas com aquela situação. Prosseguindo, registrou que alguns Estados da Federação tinham isenção de ICMS, a exemplo do Paraná e do Rio Grande do Sul. Dito isso, pediu esclarecimentos sobre a nota de produtor, explicando que havia sido passado a eles que o produto secundário não ia com a referida nota, pois se assim fosse perderiam o direito de seguro especial. Por sua vez, o **senhor Alexandre Bergamin, coordenador da Federação da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul)**, informou que durante o ano havia sido feita uma sequência de discussões com a Cidasc e a Secretaria da Agricultura, coisa que entendia que deveriam resgatar, pois assim sendo poderiam exigir a continuidade daquelas ações. Opinou que a questão da decisão política deveria ser aprofundada, momento em que lembrou que quando Tarso Genro havia sido eleito no Rio Grande do Sul o Secretário havia tomado a decisão política de criar uma legislação diferenciada para as agroindústrias familiares. Continuando, comentou que dezessete Estados também tinham tomado decisão política sobre o tema e que Santa Catarina, recentemente, havia isentado o ICMS da suinocultura em função da crise. Afirmo que não faltavam propostas, expondo que elas já estavam nas mãos dos que tomavam as decisões. Declarou que a ausência da Secretaria da Agricultura na audiência era uma grande preocupação, pois era ela quem realmente poderia tomar a decisão política. Avaliou que a audiência tinha sido feita num momento não tão oportuno em função da campanha eleitoral, e que de repente não conseguiriam avançar como desejavam. Considerou o debate importante, mas deixou claro que realmente estava faltando decisão política, perguntando se queriam apoiá-los ou se queriam apoiar o outro lado, os grandes, os mais bem estruturados. Finalizou dizendo que para eles o foco do debate tinha que ser muito mais no campo de como fazer o enfrentamento com a Secretaria da Agricultura no sentido de convencê-la sobre a decisão política a ser tomada. Ato contínuo, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Dirceu Dresch**, informou que a Comissão tinha enviado convite a todos, frisando que a Secretaria da Fazenda estava presente e que a Epagri e a Cidasc tinham sido convidadas. Dito isso, passou a palavra ao **senhor Domingos Guimarães, gerente regional da Secretaria da Fazenda de Chapecó**, que disse que uma das atividades da Secretaria da Fazenda era fazer cumprir a legislação. Citou a legislação no que dizia respeito à área agropecuária, segundo a qual o bloco de produtor era concedido à pessoa física que realizasse operações com mercadorias em estado natural. Cientificou que a referida legislação permitia que as pessoas físicas proprietárias de agroindústria familiar também podiam vender seus produtos industrializados ou beneficiados através de nota fiscal de produtor, desde que cumprissem algumas determinações. Salientou aos presentes que outros órgãos também fiscalizavam aquelas empresas e que, pelo conhecimento que tinha, estavam exigindo nota fiscal modelo 1 ou outro tipo de documento fiscal. Afirmo que não era competência sua dizer se aquilo estava certo ou errado; que o que tinha a declarar era que a Secretaria da Fazenda dizia que nota fiscal de produtor poderia ser de produto industrializado desde que fossem cumpridas as determinações colocadas pela legislação. Lembrou ainda que se a fiscalização pegasse alguém comercializando produtos industrializados com notas de produtor ela não poderia fazer nada, porque não era sua competência dizer que estava perdendo benefício da Previdência ou qualquer coisa do gênero. Por sua vez, o **senhor Osvadir Dalbello, coordenador estadual do programa Gestão de Negócios e Mercado da Epagri**, falou que a agroindústria familiar era de uma complexidade muito grande, com o agricultor fazendo toda a

gestão, produzindo matéria-prima, transformando-a e comercializando-a, sendo que sobre ele recaía todo aquele fardo com o qual os técnicos tentavam auxiliar, mas nem sempre conseguiam. Disse acreditar que havia uma discussão permanente sobre o que estava posto no sentido de fazer as coisas acontecerem e que, naquele sentido, colocava a instituição à disposição para fazer parte daquele grupo. Considerou que não bastava tratar de uma legislação apenas e que o grupo de estudos tinha que propor algo mais proativo. Declarou que sabiam da dificuldade; que trabalhavam com aquela lógica de ajudar fazia tempo e que tinham constituído um programa com aquela intuição, mas que por si só ele não resolvia, era preciso política de inclusão e parceria forte. O **senhor Presidente** agradeceu a contribuição de todos e passou a palavra à **senhora Sandra** para fazer uma síntese de todas as propostas recebidas, opinando que não seria uma tarefa fácil, mas afirmando que o que não estivesse ali poderia ser construído posteriormente. [Taquígrafa-Revisora: *Dulcinéia Maria Goulart*] A **senhora Sandra Bergamin, presidente da Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (Cooperfamiliar) de Chapecó e Região**, comentou que algumas falas durante o debate se referiam à construção de uma política diferenciada em nível de Estado, complementando que aqueles eram subpontos do debate central que a plenária tinha levantado, tais como: a criação de um grupo de trabalho e de debates permanente em nível de Estado envolvendo governo, Secretarias da Fazenda e da Agricultura, entidades da sociedade civil organizada, Fetraf, Apaco e Unicafes, Universidade e Epagri, vinculadas à Assembleia Legislativa através da Comissão de Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, na pessoa do Deputado Dirceu Dresch, que puxaria o debate para a construção de um programa estadual para trabalhar uma legislação unificada, tributária, fiscal, ambiental e de inspeção sanitária que diferenciasses as agroindústrias familiar dos outros setores em nível de Estado. Disse que todos os outros pontos que tinham sido levantados em relação à diferenciação da taxa de energia elétrica, diferenciação no ICMS e outros diferenciações estariam inseridos no debate do grupo de trabalho, o qual teria a incumbência de iniciar a construção da política em nível de Estado. Deu ciência de que o segundo ponto dizia respeito à Cidasc, esclarecendo que naquela audiência havia sido levantada a possibilidade de unificação dos procedimentos de legalização das agroindústrias familiares em nível de Estado, reafirmando a importância de um sistema sanitário de inspeção estadual público e permanente. Dito isto, comentou que a audiência pública reafirmava a importância de o Estado retomar aquele trabalho enquanto política pública de Estado, e não realizá-lo de forma terceirizada como vinha ocorrendo, e sugeriu que fosse realizado um debate com a Cidasc para que ela retomasse aquele trabalho. Comunicou que o terceiro ponto dizia respeito às parcerias entre a Epagri e universidades no sentido de elaborar projetos, fazerem o levantamento de demandas e de produtos, realizarem análise laboratorial e construírem um plano estadual de análise laboratorial pública, tendo em vista que os agricultores estavam pagando e as universidades poderiam contribuir nas análises permanentes e no debate da formação profissional nos cursos oferecidos em nível de Estado. Ante o exposto, disse que aqueles eram os três pontos centrais e que o grupo de trabalho faria o papel de construir uma política diferenciada, realizando o debate sobre o Projeto de Lei 578, que tratava da isenção do ICMS, da comercialização dos produtos para a alimentação escolar e da lei diferenciada em nível de Estado para os produtos artesanais e coloniais. Fazendo uso da palavra, o **senhor Clovis Dorigon, engenheiro agrônomo e pesquisador do Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf)**, comentou que a **senhora Sandra** tinha falado sobre a questão industrial e artesanal, acrescentando ser importante diferenciar o industrial do artesanal porque eram produções totalmente diferentes. Citando o exemplo da produção de leite, esclareceu que o setor industrial exigia a pasteurização do leite, explicando que quando o leite era pasteurizado podia produzir queijo sem que ele estufasse e a logística permitia transportar a grandes distâncias, complementando que aquilo eram valores da produção industrial. Ante o exposto, afirmou ser injusto impor as leis ao setor artesanal, que tinha outra noção de qualidade como, por exemplo, a confecção de leite colonial com leite cru. Disse ainda que se investissem na capacitação dos agricultores, se a Cidasc fosse lá monitorar a sanidade dos animais e se o processamento daqueles produtos fosse higiênico, os produtos poderiam ser consumidos sem problemas, acrescentando ter lido alguns trabalhos de franceses mostrando que o queijo confeccionado com leite cru ativava o sistema imunológico do organismo humano, funcionando como uma vacina. Observou que era importante criar um conjunto de políticas específico para o setor, abrangendo toda a problemática que havia sido levantada. O **senhor Presidente**, afirmando que algumas questões eram imediatas e outras em longo prazo, como elaboração de conceitos, políticas públicas, licenciamento e unificação dos serviços, analisou que o grupo de trabalho deveria se reunir e separar o que era imediato do que era em longo prazo, sempre observando que políticas de isenção de ICMS e outras questões eram imediatas. A **senhora Diva Vani Deitos, presidente da Associação dos Pequenos Agricultores do**

Oeste Catarinense (Apaco), comentou que seria interessante que a Cidasc também estivesse presente. **O senhor Jurandi Gugel, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**, sugeriu que o Ministério da Agricultura fosse incluído e colocou o MDA à disposição para participar do grupo de trabalho. **O senhor Presidente**, então, relatou que a participação do Estado no grupo de trabalho seria através da Cidasc, Epagri, Secretaria da Fazenda e da Agricultura de Chapecó. Em seguida perguntou se mais alguém gostaria de participar do grupo de trabalho. A **senhora Inês Claudete Burg**, falando fora do microfone, perguntou se seria em nível estadual ou regional. **O senhor Presidente** respondeu que seria em nível estadual e também incluiu a Fatma para participar do grupo de trabalho. Disse ainda que não era preciso todos do grupo se reunirem de uma vez só, mas que quando se reunissem houvesse uma pré-elaboração para discutirem em cima de pontos. Explicou que o que ele estava propondo era que antes de realizarem a reunião com todos os membros, elaborassem um documento e que tudo fosse separado por tema. **O senhor Luiz Alberto Nottar, representando a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)**, com relação à análise de alimentos, disse que existia o curso de Engenharia de Alimentos no Município de Pinhalzinho e que o grupo de trabalho poderia consultar o professor Gilmar, porque achava que a Udesc poderia contribuir na análise da água e dos alimentos. **O senhor Presidente**, agradecendo a participação de todos, disse que a partir daquele momento iriam dar passos significativos porque havia uma sensibilidade construída, acrescentando que o que faltava era ter propostas claras junto ao Estado para realizar um encaminhamento em relação aos tributos. Não havendo mais nada a discutir, encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de Oliveira V. Bitencourt] [Revisão final: Carla Greco Granato] [Leitura final: Almerinda Lemos Thomé]

DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH
PRESIDENTE
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2356/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 028/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Locação de gerador de energia de 100 KVA, inclusas instalação, treinamento e manutenção (preventiva/corretiva) para guarnecer as estruturas físicas e lógicas do Centro de Processamento de Dados da ALESC.

Item Único -

Vencedora: STARK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Valor do Último Lance: R\$ 40.500,00
Florianópolis, 15 de outubro de 2012

VICTOR INÁCIO KIST
PREGOEIRO
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2411, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ADAIR DEUCHER**, matrícula nº 6793, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 10 de outubro de 2012 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2412, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GILSO LUIZ CORDASSO**, matrícula nº 7102, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de outubro de 2012 (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2413, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOAO LOURENCO DORNELES, matrícula nº 4505, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Palma Sola).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2414, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO**, matrícula nº 4178, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2415, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVERTON LUIZ DE MATTOS RIBEIRO, matrícula nº 4178, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-95, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2416, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ASSUERO ISOTON, matrícula nº 5884, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Narcizo Parisotto - São Lourenço D'Oeste).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2417, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **BERNADETE SCHAT DOS SANTOS**, matrícula nº 6680, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2418, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BERNADETE SCHAT DOS SANTOS, matrícula nº 6680, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon - Ilhota).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2419, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GERSON LUIZ DONCA**, matrícula nº 5345, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2420, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GERSON LUIZ DONCA, matrícula nº 5345, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-76, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon - Brusque).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2421, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GILSON RODRIGUES SOARES JUNIOR**, matrícula nº 7014, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2422, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GILSON RODRIGUES SOARES JUNIOR, matrícula nº 7014, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de outubro de 2012 (Gab Dep Serafim Venzon).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2423, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR KELLY NEGRI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon - Guaraciaba).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2424, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JORGE LUIZ BIELLA**, matrícula nº 1097, na DL - CC - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a contar de 11 de outubro de 2012.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2425, de 15 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSELIA FLORENCIO**, matrícula nº 1999, na DL - CC - Comissão de Legislação Participativa, a contar de 01 de outubro de 2012.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2426, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **PAULO ROBERTO MANGER KNOLL**, matrícula nº 6165, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de outubro de 2012 (Gab Dep Jorge Teixeira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2427, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RICARDO PINHEIRO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-85, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2428, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **BRUNO NORONHA BERGONSE**, matrícula nº 6766, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de outubro de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2429, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BRUNO NORONHA BERGONSE, matrícula nº 6766, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 15 de outubro de 2012 (Gab Dep Narcizo Parisotto - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2430, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
4349	Carla Greco Granato	12	24/09/12	2818/12
2537	Cintia Mara Sche Viegas	15	19/09/12	2819/12
2091	Izauro Luiz Pereira	07	04/10/12	2820/12
1409	Martha Fernandez Gonzaga Curial	30	20/09/12	2824/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2431, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2044	Adelia Ferrari Cardoso	90	19/09/12	2816/12
1606	Ana Maria Maia Ramos	90	04/09/12	2817/12
2700	Joao Machado Pacheco Neto	30	23/09/12	2821/12
1287	Leia Mendes Cook	60	29/09/12	2822/12
1492	Marco Aurelio Rodrigues Noronha	90	29/09/12	2823/12
1599	Valdemar Neves Filho	120	28/09/12	2825/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2432, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no parágrafo único do art. 158 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR por trinta dias os efeitos da Portaria nº 2315, de 20 de setembro de 2012, que constituiu Comissão de Sindicância Investigatória.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2433, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CAROLINI KOEDDERMANN**, matrícula nº 6359, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-58, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de outubro de 2012 (Liderança do PSDB).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2434, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODRIGO VIVAN FORTES**, matrícula nº 6051, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de outubro de 2012 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2435, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA CRISTINA TAVARES**

HOEPFNER, matrícula nº 7132, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de outubro de 2012 (Gab Dep Ismael dos Santos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2436, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADALBERTO HOEPFNER, matrícula nº 3467, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2437, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ADRIANO PEREIRA, matrícula nº 4507, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima - Blumenau).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2438, de 16 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON MARCONDES CARVALHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Elizeu Mattos - Lages).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI nº 0324.7/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade da destinação de espaço para exposição e comercialização de artesanato catarinense em eventos que recebam apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os municípios, as instituições públicas da administração direta e indireta, organizações não governamentais e congêneres que receberem apoio financeiro do Governo do Estado, para realização de eventos, ficam obrigados a destinar parte do espaço físico para a exposição e comercialização de artesanato catarinense.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, consideram-se artesanato os trabalhos predominantemente manuais, conforme definido na legislação vigente.

Art. 2º O espaço físico destinado à exposição e comercialização de artesanato catarinense deve ganhar destaque e localizar-se, preferencialmente, na entrada do evento.

Art. 3º Em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei, ao infrator fica vedado novo aporte financeiro do Governo do Estado, para a realização de novos eventos, pelo prazo de dez anos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Serafim Venzon

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/12

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa legislativa visa incentivar a exposição e facilitar a comercialização dos produtos do artesanato catarinense em eventos que recebam patrocínio ou apoio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina, com a destinação de parte do espaço físico onde se realiza o evento, para tais finalidades.

Por ser matéria de interesse da sociedade catarinense, este Parlamentar espera contar com o apoio do conjunto dos Parlamentares que integram este Poder, para aprovação deste Projeto.

Deputado Serafim Venzon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 029/12

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 5 de outubro de 2012.

Ofício n. 02/PGJ/2012

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO **GELSON MERISIO**

DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assunto: Encaminha projeto de lei complementar

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho anexo, com fundamento no art. 98 da Constituição do Estado de Santa Catarina, projeto e lei complementar que objetiva alterar a redação dos artigos 31-A e 31-B da LCE n. 223, de 10 de janeiro de 2002, com a respectiva exposição de motivos, estudo sobre o impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre a adequação orçamentária e financeira, nos termos do art. 16, I e II, da LC n. 101/2000, solicitando a Vossa Excelência que determine sua tramitação para apreciação dos senhores Deputados Estaduais, colocando-me, desde logo, à disposição dessa Augusta Casa para os eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Lido no Expediente

Sessão de 16/10/12

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, o anexo Projeto de Lei Complementar que altera dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 223, de 10 de janeiro de 2002.

O Projeto de Lei Complementar ora encaminhado trata especificamente sobre os artigos 31-A e 31-B, que foram incluídos à LCE n. 223/2002 pela LCE n. 579, de 26 de setembro de 2012, dando-lhes nova redação para regulamentar de forma mais precisa as gratificações ali inseridas e sanar, com isso, possível inconstitucionalidade do preceito original.

É que, não obstante se tenha respeitado a exigência da aprovação por lei complementar, no caso, se fez sem fixar os limites legais para a aplicação das gratificações ali previstas, carecendo, por isso, da melhor regulamentação por meio da retificação que ora se propõe.

A alteração legislativa em apreço, em verdade, traduz a previsão legal expressa para as gratificações pagas aos policiais que prestam serviços nos órgãos do Ministério Público e aos servidores que prestam apoio às Comissões de Concurso, antes fundamentadas em previsão legal genérica.

No primeiro caso, busca-se a previsão legislativa em igualdade com os Poderes do Estado, porém sem alterar os modestos valores atualmente executados pelo Ministério Público, os quais ficam

muito aquém das gratificações atribuídas pelo Poder Executivo, pelo Tribunal de Justiça e por essa augusta Assembleia Legislativa.

Na segunda hipótese, o Ministério Público pretende traduzir expressamente na lei a remuneração de trabalho excepcional e não integrante das atribuições dos cargos e funções desenvolvidas pelos servidores que prestam apoio às Comissões de Concurso, em jornadas, em regra, cumpridas em finais de semana, quando são realizadas as provas dos concursos de admissão aos variados cargos da Instituição. Também aqui, os valores são módicos e não têm precipuamente a pretensão de remunerar o trabalho realizado, mas apenas emprestar motivação adicional aos servidores que se voluntariam para as jornadas excepcionais.

Cumprir destacar que a repercussão financeira e a adequação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo observados, conforme demonstra o documento anexo (Informação n. 009/2012 da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade e seus anexos).

Assim, ao submeter o presente PLC à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado, a Instituição, espera a devida atenção dos senhores parlamentares, e conta com sua aprovação.

Florianópolis, 5 de outubro de 2012.

LIO MARCOS MARIN

Procurador-Geral de Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 0029.9/2012

Altera dispositivos da Lei Complementar Estadual n. 223, de 10 de janeiro de 2002, dando nova redação aos artigos 31-A e 31-B para definir critérios na aplicação de gratificações pessoais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 31-A e 31-B da Lei Complementar Estadual n. 223, de 10 de janeiro de 2002, incluídos pela Lei Complementar Estadual n. 579, de 26 de setembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31-A. Os policiais e peritos que prestam serviços nos órgãos do Ministério Público farão jus a gratificação especial, limitada aos coeficientes fixados no Anexo XX desta Lei Complementar, aplicados ao valor do piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público, com repercussão sobre o terço (1/3) de férias e a gratificação natalina.

“Art. 31-B. Os servidores do Ministério Público bem como os servidores de outros órgãos que prestam serviços ao Ministério Público farão jus a gratificação pela prestação de serviços de apoio às Comissões de Concurso, assim entendidos aqueles executados de forma excepcional.

“Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo será fixada, em cada caso, por ato do Procurador-Geral de Justiça, considerando a complexidade da atividade desenvolvida individualmente, e não poderá ultrapassar a quarenta por cento do subsídio do Promotor de Justiça Substituto.”

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de outubro de 2012.

GOVERNADOR DO ESTADO

ANEXO XX

(Art. 31-A da LC n. 223/2002)

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DOS POLICIAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS NOS ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	COEFICIENTE
Oficiais e Aspirante Oficial PM Delegados de Polícia Inspetor de Polícia Psicólogo Policial	6,00
Sub-Tenentes Sargentos Técnico Criminalístico Escrivão Comissário de Polícia Policial Rodoviário Federal Cabos Soldados Técnico em Necropsia Escrevente Policial Investigador Policial	2,50

*** X X X ***